

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM
GESTÃO DE ARQUIVOS – EAD**

**FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA:
APONTAMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO E O
ARRANJO DE UM ACERVO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria Judite Pavesi

**Restinga Seca, RS, Brasil
2013**

FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA: APONTAMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO E O ARRANJO DE UM ACERVO

Maria Judite Pavesi

Monografia apresentada ao curso de pós-graduação a distância, em
Gestão de Arquivos, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em
Gestão de Arquivos**

Orientadora: Prof.^a Rosani Beatriz Pivetta da Silva

Restinga Seca, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas Curso de Pós-Graduação
Especialização a Distância em Gestão de Arquivos - EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA: APONTAMENTOS SOBRE A
CONSTITUIÇÃO E O ARRANJO DE UM ACERVO**

elaborada por
Maria Judite Pavesi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Ms. (UFSM)
(Presidente/orientadora)

Maria Alcione Munhoz, Dra. (UFSM)

Sônia Elisabete Constante, Ms. (UFSM)

Restinga Seca, 21 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria, especialmente ao curso de pós-graduação, especialização a distância em gestão de arquivos – EAD, por ter oferecido a oportunidade do curso em gestão de arquivos, o que contribui significativamente para o aperfeiçoamento de profissionais que atuam em instituições de arquivos das diferentes regiões do Brasil;

A Prof. Rosani Beatriz Pivetta, muito obrigada pelas leituras e orientações. E as professoras da banca, Alcione Munhoz, e Sônia Elisabete, obrigada.

A todos os professores e tutores, do programa pelo ensinamento, de modo especial à Franciele Simon Carpes, pelas leituras, correções e orientações.

Em especial ao Arquivo Histórico de Joinville, por me proporcionar unir a prática à teoria nesse estudo. Agradeço aos colegas de trabalho, Beatriz, Cátia, Dorival, Eliana, Gessonia, João, Judith, Mateus, Olinda, Rose, André e Nelson pelo carinho e incentivo. A Helena atual integrante da equipe de trabalho, a Terezinha que além das discussões no trabalho contribuiu com leituras, sugestões e a formatação do texto. A Elisângela pelas leituras, correções, sugestões e estímulo. E, especialmente, a Arselle pelas leituras, sugestões e as muitas perguntas feitas, as quais contribuíram para esclarecimentos e a composição desse texto. Muito obrigada.

Aos amigos, Débora, Edna, Janine, Juçara, Sérgio e Rosa pelo apoio e incentivo.

A Anilza Fontoura, pela acolhida, dedicação e carinho, meu muito obrigada.

A minha família que apesar da distância sempre me apoia.

Ao Maurício de Miranda, pelo estímulo, compreensão e amor.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação a Distância em Gestão de Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA: APONTAMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO E O ARRANJO DE UM ACERVO

Autora: Maria Judite Pavesi

Orientadora: Rosani Beatriz Pivetta da Silva

Data e Local da Defesa: Restinga Seca, 22 de dezembro de 2013.

A presente monografia aborda reflexões sobre a organização do Fundo Domínio Dona Francisca, acervo do Arquivo Histórico de Joinville. A relevância desse patrimônio documental e o trabalho de arranjo e descrição desenvolvidos nesse fundo foram contextualizados e analisados mediante referenciais teórico-metodológicos da ciência arquivística. Apresenta-se um breve histórico sobre o Arquivo Histórico de Joinville, contextualizando a formação de seu acervo. A seguir, investiga-se a constituição da história administrativa e arquivística, do Fundo Domínio Dona Francisca, principalmente na disputa dessa documentação por duas instituições da cidade, o Arquivo Histórico de Joinville e o Museu Nacional de Imigração e Colonização. Estuda-se, principalmente, a proveniência no Fundo Domínio Dona Francisca e por meio desse estudo elabora-se o quadro de arranjo mediante a identificação e a contextualização dos produtores documentais, criando o arranjo dos subfundos, séries, subséries. Por fim, utilizando-se de estudos teóricos da arquivologia e da NOBRADE, analisa-se a descrição do fundo, considerando a possibilidade da elaboração de instrumentos de referência arquivística, os quais proporcionam um amplo acesso aos usuários, do conteúdo informacional desse conjunto documental.

Palavras-chave: Arquivo Histórico de Joinville. Fundo Domínio Dona Francisca. Arranjo e Descrição.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Post-graduate Course of the distance
Federal University of Santa Maria

DOMAIN DONA FRANCISCA FUND: NOTES ON THE CONSTITUTION AND THE ARRANGEMENT OF A COLLECTION

Author: Maria Judite Pavesi

Advisor: Rosani Beatriz Pivetta da Silva

Defense Place and date: Restinga Seca, december, 21^{of} 2013.

The present term paper reflects on the organization of the Domain Dona Francisca Fund, collection of the Historical Archive of Joinville. The relevance of this documentary heritage, and the work of arrangement and description developed in this fund were contextualized and analyzed by theoretical and methodological frameworks of archival science. It presents a brief history of the Historical Archive of Joinville, contextualizing the formation of its collection. Next, investigates the establishment of administrative and archival history, of the Domain Dona Francisca Fund, especially in contention this documentation for two institutions in the city, the Historical Archive of Joinville and the National Museum of Immigration and Colonization. Is studied the provenance in the Domain Dona Francisca Fund and through this study we develop the classification scheme through identification and contextualization of documentary producers, creating the arrangement of compartments, series, subseries. Finally, using, theoretical studies of archival science and NOBRADE, analyzes the description of this Fund, considering the possibility of developing tools for archival reference, which provide an extensive access to users, of the informational content of the documentation.

Key-words: Historical Archive of Joinville. Domain Dona Francisca Fund. Arrangement and description.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fotografia do Arquivo Histórico de Joinville. Bruno Isidoro Pereira. Joinville, 2013.	28
Figura 02 - Fotografia dos documentos do FDDF. Acervo: Bruno Isidoro Pereira. Joinville, 2013.	36
Figura 03 - Mapa de demarcação das terras da Colônia Dona Francisca. Acervo AHJ. Foto digital 2013.	37
Figura 04 - Quadro de arranjo dos subfundos do Fundo Domínio Dona Francisca. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. 2012.	47
Figura 05 - Quadro de arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.	48
Figura 06 - Quadro de arranjo da série e subsérie do subfundo Domínio Pirabeiraba. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. 2012.	49

LISTA DE QUADROS

Quadro – 01: Descrição do Fundo Domínio Dona Francisca. Joinville: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.	55-64
Quadro - 02: Descrição da Série Comunicação do Subfundo Domínio Pirabeiraba. Joinville: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.	66-68

LISTA DE SIGLAS

AHJ Arquivo Histórico de Joinville

CNTDA Câmara de Normatização da Descrição Arquivística

CONARQ Conselho Nacional de Arquivos

DPHAN Diretoria de Patrimônio Artístico Nacional

FDDF Fundo Domínio Dona Francisca

ICA Conselho Internacional de Arquivos

ISAAR (CPF) Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas pessoas e famílias

ISAD(G) Norma Internacional de Descrição Arquivística

IPHAN Instituto do Patrimônio Artístico Nacional

MINC Museu Nacional de Imigração e Colonização

NOBRADE Norma Brasileira de Descrição Arquivística

APÊNDICE

Carta de Autorização do Arquivo Histórico de Joinville para realização de pesquisa.	78
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema da Pesquisa	14
1.2 Objetivos	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	15
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1 A ciência Arquivística e suas funções	17
2.2 Princípios da descrição arquivística e as normas de descrição	21
2.3 Instrumentos de Descrição e o ICA-AtoM	23
3. METODOLOGIA	26
4. O ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE: UM BREVE HISTÓRICO	28
5. FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA: ALGUNS ITINERÁRIOS	35
5.1 O Domínio Dona Francisca	37
5.2 Um acervo em disputa	40
5.3 O Fundo Domínio Dona Francisca	43
6. ARRANJO E DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM LONGO DESAFIO	46
6.1 Descrição	50
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE	78

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida no Fundo Domínio Dona Francisca – FDDF origina-se das atividades cotidianas de organização do mesmo, vivenciadas por essa pesquisadora no ano de 2008 até a presente data, e aponta algumas reflexões obtidas no trabalho desenvolvido utilizando-se dos conhecimentos obtidos no curso de pós-graduação em gestão de arquivos, na Universidade Federal de Santa Maria.

Diante das dificuldades de recuperação da informação desse fundo para realizar sua organização, os estudos e o aprendizado do curso forneceram conhecimentos que no decorrer do presente trabalho, serão apresentados.

Os registros do desenvolvimento do processo realizado no Fundo Domínio Dona Francisca foram alcançados mediante estudos teóricos da arquivologia. Essa preocupação em aliar a teoria a prática, desafia a arquivística moderna em virtude da indiscutível necessidade da comunicação dos conteúdos informacionais de seus acervos. Na literatura arquivística aprofundam-se estudos sobre as suas funções, principalmente no que se refere à organização dos conjuntos documentais, no sentido de ampliar a informação aos usuários. Essas são operações que exigem estudos e investigações acerca do objeto.

Ao se refletir sobre a relevância dos acervos documentais como fontes de informação e conhecimento, o Fundo Domínio Dona Francisca, do Arquivo Histórico de Joinville - AHJ, é de fundamental importância, tanto no aspecto histórico como no cultural, para o desenvolvimento de pesquisas, especialmente relacionadas à história de Joinville e região.

Por intermédio dos documentos, como por exemplo: livros contábeis, mapas, cartas, títulos de propriedades, passaportes, entre outros, existentes no Fundo Domínio Dona Francisca já utilizados em pesquisas é possível reconstituir a história da colonização de Joinville. Encontram-se também registros anteriores a esse período que oficialmente se iniciou com o casamento real (1843) entre a princesa Francisca Carolina (filha de D. Pedro I) e o príncipe de Joinville, François d'Orleans Philippe (filho do rei da França Luís Filipe I), os quais, receberam como dote de casamento 25 léguas quadradas localizadas ao norte da província de Santa Catarina, na região de São Francisco do Sul. (FICKER, 1965)

Além de ressaltar a importância desse conjunto documental, este trabalho de pesquisa refere-se, particularmente, sobre a investigação da proveniência e da organicidade do Fundo Domínio Dona Francisca e ao estudo das atividades de arranjo e de descrição do fundo. No âmbito da arquivologia, observa-se que esses conceitos, são de extrema importância para desenvolver as atividades de organização e acesso da documentação e da informação.

Portanto a pesquisa realizada e o processo de arranjo e descrição do Fundo Domínio Dona Francisca, proporcionarão aos usuários um amplo acesso a esse acervo mediante a proposta de se elaborar um instrumento de referência para consulta e assim esse conjunto documental ser utilizado para novas escritas sobre Joinville e região.

Assim sendo, no segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho e o capítulo a seguir enverga-se para a revisão de bibliográfica empregada neste estudo. No capítulo quatro se elabora um breve histórico sobre o Arquivo Histórico de Joinville, esboçando a constituição inicial do seu acervo e as diferentes atividades e mudanças ocorridas em sua trajetória institucional.

O capítulo cinco busca historicizar o Domínio Dona Francisca, e reconstituir a história arquivística do Fundo, cuja documentação foi alvo de disputa entre duas instituições da cidade, o Museu Nacional de Imigração e Colonização - MNIC e o Arquivo Histórico de Joinville. E, na seqüência, relata os estudos e as análises da proveniência e da organicidade do Fundo, que possibilitaram definir uma metodologia para as atividades de identificação e classificação dos documentos resultando na elaboração do quadro de arranjo do fundo.

Em continuidade, o capítulo seis detalha o trabalho de arranjo e de descrição do Fundo Domínio Dona Francisca. Contextualiza-se o desenvolvimento das atividades de descrição (níveis fundo, subfundos, séries e subséries) por meio de estudos teóricos e da utilização das oito áreas da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE.

Sendo a descrição um corolário do trabalho desenvolvido, salienta-se a importância da informação arquivística estar organizada para que assim se viabilize a elaboração de instrumentos de referência, os quais serão de suma importância para ampliar o acesso ao conteúdo desse fundo.

Sublinha-se, ainda, que neste trabalho buscou-se realizar um processo de reflexão e articulação entre conhecimento adquirido durante o curso com a experiência profissional no AHJ, e, acreditasse que esse foi e será fundamental para a realização de novos projetos.

1.1 TEMA DE PESQUISA

Fundo Domínio Dona Francisca: apontamentos sobre a constituição e o arranjo de um acervo.

1.2 OBJETIVOS:

1.1.2 Objetivo Geral:

Pesquisar a documentação do Fundo Domínio Dona Francisca, sua proveniência, dessa forma estabelecendo uma metodologia arquivística para o arranjo e a descrição, capaz de favorecer o amplo acesso desse conjunto documental aos usuários.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Estudar o histórico do AHJ contextualizando, especialmente, a formação inicial do seu acervo e as ações desenvolvidas pela instituição;
- Identificar os produtores e os acumuladores do Fundo Domínio Dona Francisca;
- Elaborar a história administrativa e arquivística do Fundo Domínio Dona Francisca e de seus subfundos;
- Propor elaborar para o Fundo Domínio Dona Francisca e de seus subfundos, um instrumento para acesso.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao considerar o acesso às informações documentais como função primordial dos arquivos, esses, têm como papel fundamental organizar seus acervos, visando à preservação e a disseminação da informação.

E, em consonância com esta perspectiva, o Arquivo Histórico de Joinville estabeleceu como uma das prioridades da instituição a organização do Fundo Domínio Dona Francisca.

O FDDF é um fundo privado e institucional, custodiado pelo AHJ, que compreende documentos antes mesmo do período de colonização da cidade de Joinville (1851), até o século XXI.

Por meio dele é possível aprofundar os estudos sobre os processos de imigração e colonização na região sul do Brasil, quando ainda no século XIX, essas áreas eram pouco povoadas. Para o povoamento da região, uma das soluções encontradas foi a colonização das terras dotais da Colônia Dona Francisca, utilizando-se da mão de obra de imigrantes europeus¹. Esse procedimento efetivou-se por meio das grandes companhias comerciais de navegação e de colonização que realizavam o transporte de imigrantes europeus. Essas aumentavam seus lucros com os subsídios dos governos e no seu retorno à Europa podiam transportar produtos coloniais para serem comercializados. (FICKER, 1965)

A importância desse acervo é inestimável, e segundo o pesquisador Richter (1986), este reúne a mais completa documentação sobre a colonização alemã no sul do Brasil. Informa, ainda, que os arquivos da Alemanha, devido a catástrofes, perderam a documentação que poderia elucidar estudos sobre o processo de imigração. Assim sendo, a documentação existente no Arquivo Histórico de Joinville, principalmente, do FDDF preserva fontes imprescindíveis para diferentes escritas dessa história.

A relevância deste fundo, não somente a nível local, mas também nacional e internacional, já justificaria a realização desta pesquisa. Todavia, considera-se que

¹ Registra-se que antes da colonização, contudo, já existiam moradores nas sesmarias da região (FICKER, 1965).

este estudo poderá, também, subsidiar diferentes ações de organização, arranjo e descrição de outros conjuntos documentais da instituição.

Observa-se que quando se iniciou as atividades de organização, do FDDF, a cada dia encontravam-se novos desafios. O principal deles era entender o processo de produção e acumulação da documentação. Um conjunto documental muito diversificado e por vezes fragmentado. Questionamentos sobre como estabelecer uma metodologia para identificar, arranjar e descrever os documentos do Fundo, sem ter uma proveniência definida, tornaram-se constantes. Esses instigaram a realização deste trabalho, que visa, a partir da investigação da constituição do FDDF, principalmente, sinalizar algumas diretrizes metodológicas para organização do Fundo, propiciando assim a difusão e um amplo acesso à documentação aos usuários do Arquivo Histórico de Joinville.

Assim, em uma tentativa de conciliar as questões da área da arquivologia com a construção de uma metodologia de organização desse fundo e com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a temática, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Gestão de arquivos da UFSM.

Na perspectiva acadêmica, os conhecimentos adquiridos durante o período da especialização, proporcionaram a essa pesquisadora, como membro da equipe de organização do FDDF, a aplicação dos conhecimentos teóricos nas atividades desenvolvidas no processo de arranjo e de descrição do fundo. Foi possível perceber também, a importância da pesquisa, dos estudos e do registro da realização das atividades relacionadas ao tratamento técnico de acervos.

Cabe ressaltar que o resultado deste trabalho contribuirá para a produção de um instrumento de referência do FDDF, que propiciará aos usuários novas possibilidades de escritas sobre a historiografia local e regional.

2 REVISÃO DE BIBLIOGRÁFICA

O arranjo e descrição de documentos compartilham o objetivo de representar o conhecimento arquivístico, e nesse caso, podem ser consideradas as bases da teoria e da prática da arquivística. Esta representação está fundamentada na aplicação do princípio da proveniência e no conceito de fundo documental.

Nessa perspectiva, a revisão bibliográfica, realizada a partir de um estudo de caso, por meio de teóricos e produções da ciência arquivística, apresenta alguns conceitos e questões sobre a organização de acervos arquivísticos.

2.1 A ciência Arquivística e suas funções

Diante da multiplicidade de escritas sobre a ciência arquivística, autores consagrados como Antonia Heredia Herrera² e T. R. Schellenberg³ possuem obras que são referências na arquivologia. Discorrem sobre o fazer arquivístico mediante a discussão de conceitos teóricos metodológicos que são a base dessa ciência.

No entanto, diante das diferentes publicações referentes aos estudos da arquivologia, ciência, que permitem refletir sobre os diversos aspectos que demandam a apreensão de conceitos e funções arquivísticas, elencou-se neste trabalho, Paes (2006) e Bellotto (2004) para abordar essa temática. E numa concepção de ciência voltada para a “pós-modernidade”, o autor Cook (2013) vem contribuir para esse estudo.

A arquivologia tem suas raízes na antiguidade Greco-Romana, e desenvolveu nesse período uma atuação mais voltada para a guarda e a conservação de documentos. Na idade média passou a ter uma atuação mais próxima entre arquivo e memória. Seu reconhecimento no campo do conhecimento ocorreu no século XX, quando passou a se constituir como ciência arquivística. (MASSON, 2013)

² Entre suas obras destaca-se: O Que é um a arquivo e Guia do arquivo geral de Andalucia e catálogo de seus fundos e coleções. (tradução nossa).

³ Entre artigos e outras obras do autor, destaca-se o livro: “Arquivos Modernos” publicado no ano de 2002, no Brasil. A importância das publicações desse renomado arquivista reside justamente na sua preocupação em associar a teoria arquivística a prática cotidiana nos arquivos. Discorre particularmente neste livro sobre a importância dos arquivos e suas definições, o uso de conceitos e técnicas arquivísticas na organização de arquivos, políticas de acesso aos documentos, entre outros.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, arquivologia é uma “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada de arquivística”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005 p. 36).

Assim sendo, conclui-se que a arquivística é uma ciência que se utiliza de métodos e técnicas para seu o desenvolvimento, orienta para a gestão de documentos de arquivos, bem como, para a organização e o acesso aos acervos.

Sendo a proposta deste trabalho refletir sobre a organização de um fundo de arquivo permanente, reporta-se a Marilena Paes para conceituar arquivo como “[...] conjunto de documentos oficialmente produzidos ou recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, e arquivados ou conservados para efeitos futuros”. (PAES, 2006, p. 19).

No decorrer de sua obra, Bellotto, discorre sobre os conceitos e as funções a serem desenvolvidas em arquivos permanentes. Assim sendo, na arquivologia segundo a autora, ao se realizar as atividades de arranjo de um fundo, deve se respeitar o princípio da proveniência. Por meio dele, estariam agrupados os documentos provenientes de um mesmo produtor, sendo possível assim, estabelecer o arranjo do fundo, realizando-se posteriormente as atividades de descrição e publicação, conservação e referência. (PAES, 2006). Esse último item para a autora refere-se ao acesso aos documentos, destacando que essa é a principal função de um arquivo permanente. Para tanto serão necessárias operações de arranjo, descrição e conservação de documentos.

Após esse processo orienta para a elaboração de instrumentos que possibilitem aos usuários conhecer as informações de fundos de arquivos. Esses seriam elaborados de acordo com o nível de descrição: fundo, série e subsérie, e podem resultar na produção de diferentes instrumentos de consulta ao acervo como, por exemplo: guia inventário, catálogo e repertório. (PAES, 2006).

Sob a mesma abordagem, Bellotto (2004), destaca a importância da elaboração de “instrumentos de pesquisa”, que são o resultado do processo de arranjo e descrição de fundos, que possibilitam o acesso a esses. A autora reforça a importância da interação dos arquivos com a comunidade propondo a realização de projetos, culturais e educativos, para difusão de seus acervos.

Para se ampliar o acesso aos acervos, destaca a necessidade de se realizar atividades de acondicionamento, preservação e descrição. Em sua obra, trabalha com os conceitos de arquivo, fundo, proveniência, arranjo e descrição, entre outros, os quais são detalhados no desenvolvimento desta pesquisa, sendo para a autora imprescindíveis para o processamento técnico de acervos.

Estudos apontam que as ciências, enquanto conhecimento estão em constante processo de construção, desconstrução, avanços e atualizações. Nesse sentido Cook (2013) propõe refletir sobre as mudanças nas instituições arquivísticas, referentes a uma nova percepção de arquivo enquanto documento.

Em seu texto, “A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos”, Terry Cook (2012), traz questionamentos sobre o princípio da proveniência na atualidade, principalmente no que tange a informação por meio do uso das novas mídias. Segundo ele a proveniência estaria diluída devido aos diferentes suportes e mídias, mas seu produtor e contexto precisam ser informados. O pensador também analisa a importância dos registros documentais para a sociedade nos dias atuais e nesse sentido desafia o arquivista a adotar uma postura atuante para as novas formulações que se apresentam hoje na ciência arquivística.

Segundo o autor, “o pós-modernismo e a ciência arquivística não precisam ser opostos” Cook (2013, p. 17). Nesse sentido as mudanças estariam na estrutura, ou seja, os documentos não seriam simplesmente registros de informações, já que nesses registros estão também presentes sua própria criação, a maneira como se efetua o registro, sua finalidade, sua preservação, ou ainda sua sobrevivência enquanto arquivo.

Assim sendo, Terry Cook destaca:

O foco agora mudou de preservação de provas para a sua criação e apreciação. Os arquivistas tentam preservar registros confiáveis no contexto, garantido que os registros sejam inicialmente criados de acordo com padrões aceitáveis de evidência, e, indo mais longe, garantido que todos os atos e ideias importantes estejam devidamente documentados por evidência confiável em vez de esperar, passivamente, por um resíduo natural emergir. (COOK 2013, p.21).

Dessa forma, o próprio princípio da proveniência, as funções como, por exemplo: arranjo, descrição, avaliação, preservação estão centradas no processo de “criação do registro e uso contemporâneo” da informação.

Segundo Tognoli (2012), para os estudiosos Berman e Cook, a descrição, enquanto representação se efetiva no momento da concepção do documento e propõem iniciar a descrição pela série, abandonando o conceito de fundo.

No entanto essa proposta encontra resistência de autores como Terry Eastwood e Heather MacNeil, os quais,

“não concordam com o abandono do conceito de fundo, defendendo que não há outra proveniência além do órgão que criou o documento. Para esses autores o conceito de fundo é perfeitamente válido e seu abandono enquanto norteador físico traria sérios problemas para a organização arquivística” (TOGNOLI, 2012, p.88).

Os autores Andrade e Silva (2013), ressaltam que hoje com o desenvolvimento das tecnologias da informação, a documentação descrita deve contemplar as informações que permitem ao usuário conhecer o conteúdo da documentação a ser utilizada na pesquisa. Para tanto, segundo esses pesquisadores o termo correto seria “Instrumento de referência”, ou ainda “Instrumento de referência arquivística”. Ou seja, enfatizam que num instrumento de referência, “[...] os contextos de produção, uso e preservação são adequadamente explicitados na representação criada.” (ANDRADE; SILVA, 2013, p. 03).

Todavia, considera-se que esses elementos da citação de Andrade e Silva são imprescindíveis e precisam ser analisados no trabalho de organização e descrição de acervos. Esta proposição está em consonância com a arquivística contemporânea.

Essa valorização dos conjuntos documentais é importante para se estudar as ações do tempo presente. Nesse sentido, Knauss (2009, p. 10) faz a seguinte referência:

Nesse caso, os usos do passado fazem a diferença, pois os documentos passam a ganhar outra razão de ser e se instalam nos arquivos. No início de sua vida, o documento é registro do presente, na terceira fase de sua vida ele passa a ser registro do passado e se afirma como patrimônio documental.

Nesse aspecto os documentos de arquivos têm sido valorizados na atualidade para a pesquisa histórica, para a interpretação e para a construção do conhecimento. Muitas discussões estão acontecendo no sentido de como organizar, disponibilizar e ampliar o acesso da documentação aos usuários de arquivos. O historiador Paulo Knauss enfatiza: “Revisitar documentos históricos de arquivos,

nesse caso, significa sempre reafirmar particularidades do presente frente aos outros tempos”. Destaca também, a importância dos arquivos e das universidades no processo da “promoção de memórias, pois esses arquivos trazem a descontinuidade do tempo”. (KNAUSS, 2009, p. 10),

Nessa mesma perspectiva com reflexões, corrobora Jardim (2012), sobre questões relacionadas à memória na atualidade, e oferece contribuições para estudos em seu texto: “A invenção da memória em arquivos públicos”. Esse autor salienta a importância de se realizar estudos sobre a memória e sobre o processo de “legitimações de memórias e esquecimento”. Reforça que nesses estudos, os arquivos muito têm a contribuir.

Ainda com relação ao potencial informativo presente nos documentos, Rouso (1996), em seu artigo, intitulado: “O arquivo ou o indício de uma falta”, afirma que nem tudo está escrito nos documentos, neles estão implícitas as vontades humanas, os registros de uma instituição, as seleções, as representações. E, portanto os “*indícios*” de falta nos arquivos podem se apresentar estando esses acessados ou restritos a pesquisa, pois o documento por si só não fala.

Um testemunho colhido ou um documento conservado só deixam de ser vestígios do passado para se tornarem fontes históricas, no momento em que um observador decide erigi-los como tais. (ROUSSO, 1996, p. 3).

Os desafios colocados para a ciência arquivística na pós-modernidade, provocam o arquivista a estudar, a reconhecer, a recriar, suas atividades e funções mediante novas formulações teóricas dos princípios arquivísticos, frente as mudanças que já estão presentes na criação e nos processos dos registros das informações.

2.2 Os princípios da Descrição Arquivística e as Normas de descrição

Os conhecimentos teóricos obtidos por meio de leituras pertinentes a arquivologia são de extrema importância para o desenvolvimento das atividades de arranjo e descrição de acervo em instituições arquivísticas.

Segundo Valentim (2013), na idade média, os arquivos eram pesquisados pelos senhores feudais, predominando a característica administrativa e patrimonial.

Destaca-se também, que nessa época a descrição estava associada ao ato de copiar documentos e a manutenção da sua organização física por assunto e data.

Na idade moderna a descrição era importante para a conservação dos acervos como prova de testemunho de ações realizadas pelo homem. Padron (2013) informa que somente no final do século XVIII e durante o século XIX, quando os arquivos deixaram a função administrativa e passaram a ter uma função histórica é que passaram a realizar operações mais integradas de classificação e descrição.

No contexto da ciência arquivística, proveniência e organicidade, ainda hoje são princípios importantes para organização de acervos de arquivos. Foi na França, no século XIX, segundo Yado e Guimarães (2013), que o princípio de proveniência se tornou conhecido e foi aplicado pela primeira vez.

Na arquivologia, mais precisamente na idade contemporânea, procurou se estabelecer uma metodologia padrão para a descrição de fundos de arquivos baseados no princípio da proveniência (respeito à identificação do produtor) e respeito da procedência (organicidade), ainda hoje fundamentais para a descrição de fundos.

Nesse sentido, a importância da aplicação do princípio da proveniência e da ordem original nas atividades de arranjo e descrição dos fundos tem como objetivo proporcionar aos usuários de arquivos o acesso aos documentos mediante a identificação do produtor e o contexto da produção desses conjuntos documentais. Como também visa impedir que um determinado fundo se misture aos demais conjuntos documentais do acervo da instituição. (BELLOTTO, 2006).

Ainda segundo Bellotto (2006), é possível compreender por meio do estudo da proveniência a complexidade da estrutura administrativa e das competências dos órgãos produtores e por intermédio desse conhecimento realizar o arranjo do fundo. A autora enfatiza ser esse o tratamento arquivístico adequado e reforça que sem o arranjo o trabalho de descrição e identificação do fundo seria prejudicado.

Reconhecida como ciência, a arquivística possui metodologia própria para a descrição de acervos, a qual pode ser adequada às necessidades e especificidades de descrição de determinado acervo. No entanto, é necessário considerar sempre a proveniência no uso da teoria arquivística de descrição, que na literatura internacional é uma das bases teórico-metodológicas. (YADO; GUIMARÃES, 2013).

O processo de arranjo é considerado por Paes (2004) como uma das etapas importantes na descrição de um fundo. Por meio dele se estabelece segundo a autora, a ordenação dos documentos mediante o estabelecimento de séries, subséries e itens documentais. E como consequência natural desse processo o acesso aos documentos seria efetivado por meio da elaboração de instrumentos para consulta ao acervo descrito.

No entanto na década de 1990, para padronizar e facilitar o acesso à informação, grupos de estudiosos de diferentes países da área de arquivos e instituições afins, elaboraram as normas de descrição para documentos arquivísticos. No ano de 1993, foi publicada a *International Standard Archival Description (General)* - ISAD(G), elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos. Também foi criada a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas pessoas e famílias - ISAAR (CPF), essa norma foi editada no ano de 1996.

E no Brasil foi publicada no ano de 2005 a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. (SOUSA; RODRIGUES, OLIVEIRA, 2006). A estrutura da NOBRADE pressupõe um nível hierárquico de descrição, que é realizada do geral ao particular, ou seja, a descrição inicia-se pelo fundo ou coleção, e na sequência por seção ou subfundo, séries e subséries, dossiê ou processo e item documental. Reflete a estrutura e o contexto do produtor e possibilita conhecer a instituição custodiadora do acervo, o estado de conservação e o acesso ao conjunto documental descrito. (NOBRADE, 2006).

Portanto, mediante essas publicações, os arquivos desenvolvem atividades com o objetivo de unificar as informações de acervos de diferentes países, visando o acesso aos seus acervos, que propiciam também contextualizar, localizar e descrever o conteúdo mediante entidade produtora.

2.3 Instrumentos de Descrição e o ICA-Atom

Em arquivos permanentes, a descrição de conjuntos de documentos mantém uma relação entre si, mediante a descrição de vários níveis, do geral, para o particular, ou seja, a descrição fundo até item documental.

O conceito de descrição segundo o dicionário de terminologia arquivística é o: “Conjunto de procedimentos que levam em conta os elementos formais e de

conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.67).

Por meio dela se produzem instrumentos de pesquisa, que são obras de referência para acesso aos acervos de arquivos. (HAGEN, 2012). Nesse aspecto, Hagen (2012), enfatiza que ao se elaborar esses instrumentos é preciso que o mesmo contemple o contexto de produção dos documentos, as referências cruzadas e os pontos de acesso, no sentido de recuperar a informação dos documentos.

Para Vitor Manoel Marques da Fonseca, por meio da atividade de descrição se realiza “uma representação, o que nos permite inferir que não substitui, nem pode conter, integralmente, o documento representado.” A descrição realizada nessa perspectiva explica o documento, seu contexto e o seu produtor.

A pesquisadora, Rodrigues (2003), também salienta a importância da representação na descrição de documentos, para informar de maneira transparente, as informações contidas nos conjuntos documentais e possibilitar o acesso ao usuário.

Para tanto, há necessidade de se elaborar instrumentos precisos, que possibilitem o acesso e o conhecimento sobre o conjunto documental descrito ao usuário, como também esse instrumento propicia ter o controle do acervo.

A finalidade desses instrumentos é o acesso, a consulta, o controle e a divulgação do acervo, e como se apresentam, por exemplo: o guia, o inventário, o catálogo, tendo cada um deles características próprias. No entanto, uma das preocupações da ciência arquivística é de que esses instrumentos reflitam o máximo possível as informações referentes ao contexto de produção e do produtor.

Nesse sentido os autores Andrade e Silva (2013) realizaram estudos referentes aos instrumentos de pesquisa e propõem que sejam elaborados e criados “instrumentos arquivísticos de referência” ou “instrumento de referência”. Diante dessa proposta o conteúdo, o contexto, a questão da custódia do acervo, a preservação e o acesso estariam “representados” nesses instrumentos proporcionando intercâmbio e acesso às informações do acervo que podem ser disponibilizadas virtualmente.

Uma proposta nesse sentido seria a utilização do *software* livre ICA-AtoM, atividade desenvolvida por Ricardo Sodré Andrade, no Arquivo público da Bahia. A

descrição contemplou a utilização do NOBRADE, que teve o objetivo, segundo o autor, de “padronizar e qualificar as descrições pré-existentes e guiar na elaboração de novas representações”. (ANDRADE; SILVA, 2013, p.11),

O ICA-AtoM é um *software* livre utilizado para gerenciar e disponibilizar descrições arquivísticas na web possibilitando o intercâmbio de informações entre instituições arquivísticas e usuários. Esse sistema foi desenvolvido e proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos ICA, para ser utilizado pelas normas nacionais e internacionais de arquivos. Ressalta-se que algumas instituições brasileiras já fazem uso dessa ferramenta.

Cita-se o exemplo do uso dessa ferramenta no Sindicato da Indústria da Construção Civil de Santa Maria, SINDUSCON, mediante estudo realizado por Luciane Baratto Adolfo em 2009. Mediante a análise desse *software*, realizou-se a instalação do mesmo, efetuou-se a descrição do fundo da instituição, gerando um guia impresso e também a disponibilização dessas informações por meio do ICA-AtoM na internet.

Na medida em que for ajustado, de acordo com as normas de descrição arquivísticas, esse *software* possibilita gerar instrumentos de consulta ao acervo por meio da descrição arquivística. Nesse caso, é possível a descrição multinível, a qual permite a descrição de acervos no nível fundo, grupo, série, subsérie, dossiê, processo e item documental, inseridos num contexto onde é possível relacionar os documentos com a sua produção.

O usuário pode realizar o acesso ao conteúdo de um determinado fundo em diferentes idiomas e espaços virtuais, sendo muito fácil seu manuseio. É um *software* seguro e sem custo, e que possibilita a descrição, difusão e acesso ao usuário por meio da web, sem necessidade de consulta *in loco* na instituição custodiadora do fundo consultado⁴.

⁴ Para maiores informações consultar: Oficina "**A aplicação do ICA-AtoM na descrição e difusão arquivística - Instalação, configuração e funcionalidades**". Disponível em: <<http://www.slideshare.net/dhion/oficina-a-aplicao-do-icaatom-na-descricao-e-difusao-arquivistica-instalao-configuracao-e-funcionalidades>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

3 METODOLOGIA

Para a construção de uma pesquisa científica é necessário o estabelecimento de etapas, a fim de que se possa cumprir as metas e os objetivos propostos para a investigação do tema. Assim sendo, apresenta-se a seguir o desenvolvimento metodológico utilizado na realização deste estudo.

Essa pesquisa classifica-se como uma pesquisa aplicada, e utiliza-se de um estudo de caso para seu objeto de análise. Destina-se a propiciar conhecimentos, na medida em que, especialmente, a partir da investigação da proveniência do Fundo Domínio Dona Francisca, procura subsidiar a elaboração de uma metodologia de arranjo e de descrição para o mesmo.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico, encontrado em publicações da ciência arquivística para estabelecer o referencial teórico referente ao: Princípio da proveniência e da organicidade, do arranjo e da descrição, das normas de descrição arquivística e da importância da elaboração de instrumentos de referência para o acesso de acervos aos usuários de arquivos.

No que se refere ao estudo da contextualização do Fundo Domínio Dona Francisca, foi feita a revisão de literatura sobre a história de Joinville. Essas obras propiciaram compreender a formação do Núcleo Colonial conhecido como Domínio Dona Francisca e ao mesmo tempo analisar a constituição da produção documental do fundo. Também foi realizada a pesquisa documental do Dossiê “Composição do Acervo do Arquivo Histórico de Joinville”, do Fundo Domínio Dona Francisca que permitiu contextualizar e elaborar a história arquivística e administrativa desse fundo em estudo, além, dos respectivos subfundos, para posterior processo de arranjo e descrição.

Após as leituras bibliográficas e análise da documentação, a outra etapa do trabalho compreendeu recuperar a informação e identificar os produtores documentais e a ordenação dos documentos do fundo para a elaboração do quadro de arranjo. Essas atividades desenvolveram-se, também, mediante o processo de leitura e exame da documentação, que contribuíram para historicizar e compreender a proveniência do fundo. A partir dessa investigação, foram detectados a existência

de sete diferentes produtores documentais o que possibilitaram a definição do arranjo da documentação.

Assim, sistematizou-se uma metodologia mediante padrões arquivísticos, a qual estabelece a descrição multinível para fundos e coleções de acervos. A mesma foi aplicada na organização do FDDF após análise do contexto da documentação do próprio Fundo.

Elaborou-se o arranjo no Fundo Domínio Dona Francisca em subfundos, séries e subséries. O Fundo e os subfundos foram ordenados pelo método estrutural, as séries pela função e as subséries pela tipologia.

Posteriormente, foi feita a descrição do FDDF nos níveis fundo, subfundo, série e subsérie tendo como referência a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. Salienta-se que foram contemplados os sete elementos obrigatórios, os quais identificam a entidade custodiadora, o nome do produtor, a história administrativa, a história arquivística, o contexto do produtor e da produção documental, os campos referentes à conservação e acesso dos documentos, o controle da descrição e a indexação de assuntos.

4 ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE: UM BREVE HISTÓRICO

O Arquivo Histórico Municipal de Joinville, (AHJ)⁵, foi criado em 20 de março de 1972, pela Lei n. 1.182. Desde sua criação, até o ano de 1986, quando foi inaugurada sua nova sede, o AHJ funcionou em uma das salas da Biblioteca Municipal Rolf Colin.

Na imagem a seguir, visualiza-se o prédio da instituição, AHJ, construído por intermédio de um convênio com a República Federal da Alemanha e já na ocasião, esse, foi equipado com um sistema artificial de climatização.



Figura 01: Fotografia do Arquivo Histórico de Joinville. Fotógrafo Bruno Isidoro Pereira. Joinville, 2013.

⁵ A instituição é comumente conhecida, inclusive em suas publicações, como Arquivo Histórico de Joinville, e assim será mencionada nesse trabalho.

Esse sistema permitia uma melhora nas condições de preservação do acervo, constituído em sua maioria por suportes em papel, já que permitia um certo controle dos índices de temperatura e umidade relativa nos espaços de guarda. Além disso, também foram instalados extintores e portas corta fogo, sendo que para a época essa construção atendia os padrões de guarda e conservação de acervos⁶.

Por meio de sua lei de criação, era responsabilidade da instituição “recolher, registrar, guardar, classificar, catalogar e conservar, **“toda”** [grifo da autora] a documentação ligada à administração de Joinville, desde a fundação.” A lei aprovada relacionava uma variedade de documentos a serem preservados, como por exemplo: jornais, diários oficiais da união e do estado, mapas, livros de atas das paróquias, listas telefônicas, fotografias, a documentação das sociedades de colonização, e do Domínio Dona Francisca. Ressalta principalmente a documentação referente a colonização, a presença germânica e relacionada aos fundadores da Colônia Dona Francisca.

Todavia, é possível perceber que a lei n. 1.182 não restringia a preservação da documentação apenas à Colônia Dona Francisca – Joinville, essa, faz inclusive menção a documentos que extrapolam o município, como por exemplo, “a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista de 1893 e a Segunda Guerra Mundial”⁷.

Pode-se inferir que a lei de criação do AHJ, estava em consonância com a carta Compromisso de Brasília, do ano de 1970, a qual responsabilizava as administrações municipais pela salvaguarda do patrimônio documental dos municípios brasileiros. Para atender a esse objetivo a medida a ser implantada era a criação de arquivos históricos. Ressalta-se que essa prerrogativa era de conhecimento do senhor Adolfo Bernardo Schneider que elaborou a lei de criação do AHJ e foi o diretor da instituição. (Jornal de Joinville, dez. 1975, p. 14).

Para Gonçalves (2006), a legislação dos arquivos catarinenses está muito relacionada à questão da “história e da memória”⁸, na medida em que se procurava preservar por meio de lei, uma ampla produção documental sem necessariamente

⁶ A construção do atual prédio do AHJ contou com a assessoria do Pró-Documento da Fundação Nacional Pró-Memória. Além da orientação técnica para a realização da obra, a equipe do Pró-Documento, orientou os funcionários da instituição, com relação a políticas de guarda, conservação, preservação, e organização do acervo.

⁷ FUNDO PODER EXECUTIVO. Lei N. 1182. Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Prefeitura Municipal de Joinville. Joinville: 1972.

⁸ Janice Gonçalves analisa em seus estudos as produções historiográficas no século XX, as quais estão vinculadas as instituições e aos historiadores/memorialistas ligados as mesmas, mediante seu jogo de interesse e ocupação daquele espaço de memória. (GONÇALVES, 2006).

essa estar relacionada à história da sua região. A autora também faz referência a carta Compromisso de Brasília e salienta que muitas das leis de criação dos arquivos catarinenses são praticamente idênticas, referindo-se principalmente à elaboração da lei de criação do Arquivo de São Bento do sul, que é igual a lei que cria o Arquivo Histórico de Joinville, substituindo apenas a palavra “Joinville por São Bento”.

A lei de criação do AHJ e a formação do seu acervo, tem relação com o Museu Nacional de Imigração e Colonização, criado no ano de 1957. Foi formada uma comissão para o museu (1961), mas somente em 1965, iniciou suas atividades, e, um dos objetivos dessa comissão, era reunir documentos e objetos referentes à história de Joinville. Teria sido atribuída a Carlos Ficker⁹ a responsabilidade de formar uma biblioteca na instituição, reunindo mapas, livros e documentos sobre a imigração e colonização de Joinville e região. (GONÇALVES, 2006). Os documentos relacionados para esse fim são semelhantes aos que estão contemplados na lei de criação do AHJ, do ano de 1972.

Para a pesquisadora Janice Gonçalves, essa seria uma das explicações da formação do acervo do Arquivo Histórico de Joinville, o qual foi constituído com o “caráter colecionista”, pois o “Arquivo Histórico” era uma solução para organizar: “[...] doações de documentos e publicações relativas à Joinville, encaminhadas ao museu”. E a autora reforça a informação ratificando:

Complemento do acervo do museu, o “Arquivo Histórico”, teria, neste sentido, um tema como elemento organizador, e não uma entidade produtora (como a administração municipal), nem uma forma de acumulação específica (orgânica em termos propriamente arquivístico). (GONÇALVES, 2006, p. 238).

Mesmo sendo um arquivo público, não houve uma preocupação inicial com a documentação da administração pública, pois, a documentação obtida por meio de doações estava vinculada a preservação dos registros relacionados à fundação do município de Joinville, essencialmente sobre a colonização alemã. Isso explica a composição do acervo do AHJ, formado em sua maioria por doações e algumas aquisições do poder público municipal.

⁹ Carlos Ficker foi presidente da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização e publicou livros sobre a História de Joinville.

Ratifica-se que houve continuidade de campanhas para doações de documentos promovidas pelo AHJ para a formação de seu acervo¹⁰. Assim, explica-se a característica da instituição em se assemelhar a um centro de memória, devido à lei contemplar e abranger todo e qualquer tipo de documentação sobre Joinville. Em um dos seus boletins encontra-se a informação: “Aceitamos doações e fornecemos recibos de: jornais, documentos, fotografias antigas” (AHJ, Boletim, v.1, n.5, jun. 1984, p. 12).

Essa forma de constituição e organização do acervo da instituição levou a direção do AHJ a solicitar assessoria ao então Pró-documento, órgão ligado ao Departamento Histórico e Artístico Nacional. A coordenadora do setor de pesquisa arquivística, do Pró-Documeto, Mônica Medrado, realizou estudos, concluindo que: por meio da lei de criação dessa instituição e da constituição do acervo, o mesmo reúne as características de uma biblioteca, centro de documentação e de um museu. (MEDRADO, 1972). A pesquisadora orientou para que fosse solicitada uma assessoria ao Arquivo Nacional, no sentido desse órgão orientar sobre o melhor tratamento arquivístico a ser dado ao acervo da instituição. Sugeriu inclusive uma avaliação mais detalhada e a transferência do acervo bibliográfico para a Biblioteca Pública Municipal Pref. Rolf Colin e “a mesma providência deveria ser dada ao acervo museológico”. (MEDRADO, 1972, p. 04).

Sublinha-se que outros olhares e ações sobre o acervo do AHJ contribuíram para a sua utilização em novas pesquisas para a publicação de trabalhos sobre a história de Joinville e região. São referência os trabalhos das historiadoras Corrêa e Rosa (1992), que coordenaram a pesquisa e a publicação da obra a “História dos Bairros de Joinville”. Essa é uma das publicações da instituição e se efetivou por meio da realização de entrevistas orais e de fontes do acervo do AHJ, analisando o cotidiano dos bairros de Joinville. O trabalho de Souza (1998) traz estudos sobre o período da ditadura militar em Joinville, na qual a autora fez uso dos jornais de Joinville do período pesquisado nas décadas de 1960 a 1980. A historiadora Silva (2008), utilizou-se de fotografias, jornais, periódicos, cartas, entre outros para efetuar

¹⁰ Durante essa pesquisa foi localizado no AHJ, um folder que era segundo informações de funcionários antigos, distribuído aos joinvilenses, chamando atenção para doações. O teor do documento é: “Confie seus documentos antigos à custódia do Arquivo Histórico de Joinville”. O mesmo trazia impresso a responsabilidade do AHJ com relação a preservação dos acervos, citando trecho da lei n. 1.182, e emite informações sobre como se deve preservar documentos.

estudos sobre a campanha de nacionalização e compor uma história de gênero. CUNHA (2003) também pesquisou o acervo da instituição, principalmente de documentos, jornais escritos em língua alemã e da Coleção Carlos Ficker e do Fundo Domínio Dona Francisca para estudar a colonização de Joinville, com enfoque para a imigração suíça. Poderia elencar outras publicações, por ora, essas dimensionam a multiplicidade do acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

A instituição por meio de concurso no ano de 1996 organizou uma equipe técnica com historiadores, especialistas culturais (educador, tradutor e conservador) e monitor. No ano de 2012, um arquivista concursado, passou a fazer parte da equipe. O AHJ passou a contar com cargos de nível superior e funcionários com especializações nas áreas de arquivologia, história e patrimônio, o que possibilita um olhar técnico e qualificado para desenvolver ações referentes ao acervo da instituição.

O Arquivo Histórico de Joinville, ao longo dos anos foi desenvolvendo seu potencial, enquanto instituição cultural. Mas se tornava urgente a contratação de novos funcionários que vieram por meio de um concurso promovido no ano de 1996. O AHJ possui um setor de educação que desenvolve projetos em educação patrimonial atendendo estudantes tanto da educação infantil quanto cursos de pós-graduação. Por intermédio do Centro de Preservação de Bens Culturais, órgão ligado à estrutura da Fundação Cultural de Joinville, a instituição desenvolve ações de conservação e restauro em seu patrimônio documental.

Sendo o acesso às informações documentais um dos principais objetivos de um arquivo histórico, a instituição, disponibiliza para consulta instrumentos de pesquisa como os catálogos de fundos e coleções. Possui também site com informações gerais sobre o Arquivo Histórico o qual propicia a realização de pesquisas relacionadas à imigração já que a lista de imigrantes encontra-se disponível no site.

Reconhecido internacionalmente pelo seu acervo, o Arquivo é constituído por documentos textuais, cartográficos, iconográficos e sonoros, de valor para a pesquisa histórica. Entre estes, dados da imigração europeia ao Brasil no século XIX, do Fundo **Colônia**¹¹ Dona Francisca e da Coleção Carlos Ficker, além de Coleções e Fundos Públicos e Privados, destacando-se os Fundos dos Poderes Judiciários, legislativo e executivo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE; Plano Municipal de Cultura de Joinville, 2012 p. 17).

¹¹ Grifo da autora. O nome correto é Fundo Domínio Dona Francisca. Houve erro de impressão.

Assim o volume e a diversidade de seus fundos e coleções, projetam o AHJ como uma instituição de referência a pesquisadores do Brasil e do exterior. A importância desse acervo documental para a comunidade pode também ser avaliada pelo número de usuários que procuram a instituição a fim de atender seus diferentes interesses e necessidades de pesquisa, tais como: times de futebol, genealogia, história dos bairros e região, referentes ao fundo do poder executivo, editais, concursos e regularizações de imóveis, entre outros.

As transformações ocorridas nos arquivos históricos foram reflexos também do campo da arquivologia. Com relação a essa disciplina, no país, cursos de nível técnico e superior foram criados, sendo a UNIRIO, nos anos de 1953 a primeira instituição a formar profissionais na área. Diante dessas transformações os arquivos constituídos até então com o estigma de guardiões da memória histórica passaram a ter uma característica mais voltada para a organização de acervos permanentes. Segundo Gonçalves (2006), em Santa Catarina, essa mudança pode ser apontada a partir dos anos de 1990, quando as instituições discutem seu papel mediante a preservação da memória, a gestão de documentos, o exercício da cidadania e a função demandas do poder público.

Arquivistas do mundo e do Brasil, como por exemplo, Heloísa Bellotto e Marilena Paes, produziram estudos sobre a importância dos arquivos. Nesse contexto, Paes (2005), define arquivo como a acumulação ordenada dos documentos, criados por uma instituição ou pessoa no decorrer das suas atividades, os quais são preservados para finalidades administrativas, históricas, culturais, entre outras.

Sob a mesma perspectiva Bellotto destaca que os documentos de arquivos são aqueles:

[...] produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. (BELLOTTO, 2006, p.37).

Nessa nova perspectiva, os arquivos se constituíram como fontes de valor científico e cultural, sendo referência para a construção de histórias de um povo, de uma nação no uso das diferentes áreas do conhecimento. Como também, são registros indispensáveis para atender as demandas da sociedade e principalmente

da administração pública para a “transparência”, no que concerne ao “direito a informação, à cultura e a memória”. (KNAUSS, 2009, p. 11),

Nesse raciocínio e repensando sua função enquanto potencial arquivístico, o AHJ vem elaborando uma nova proposta de lei para se desenvolver uma política de gestão municipal que...

“Tem por finalidade recolher, guardar, conservar, restaurar, e preservar a documentação produzida e recebida por instituições governamentais de âmbito municipal, bem como os documentos privados de interesse público, sob sua guarda, garantindo acesso público às informações”. (ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2013, p.01).

Essa proposta já vinha sendo discutida desde o ano de 1996. A mesma está tramitando na Fundação Cultural de Joinville, na Prefeitura Municipal de Joinville, e está sendo analisada pela Secretaria da Administração, Procuradoria Geral do Município e Câmara de Vereadores de Joinville. Nesse caso, a instituição está numa perspectiva de construir e desenvolver uma política de gestão documental para o município de Joinville.

Ressalta-se que essa ação é de extrema importância mediante a criação da Lei n. 12.527 de novembro de 2011, que garante acesso e o direito à informação a todo o cidadão brasileiro. Acesso esse impulsionado também, pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação. Para tanto é indispensável que a documentação de acervos públicos e ou privados, de interesse público, seja tratada tecnicamente, higienizada, acondicionada, arranjada e descrita para que seja possível o acesso aos usuários.

5 FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA: ALGUNS INTINERÁRIOS

A documentação do Domínio Dona Francisca é fonte potencial de informação e referência sobre o processo de colonização da imigração alemã no sul do Brasil. Enquanto registro dessa temática, é constantemente pesquisado e utilizado para a escrita de obras.

Esse conjunto documental não compreendia um arranjo de fundo, não tinha uma organização dentro dos procedimentos arquivísticos. Sua composição de “Fundo Domínio Dona Francisca”, conforme, Gonçalves (2006), ocorreu no ano de 1988, por intermédio da assessoria técnica do Pró-Documento¹², quando as atividades de organização do acervo do Arquivo Histórico de Joinville começaram a ter um caráter mais técnico.

Para a ciência arquivística a compreensão do conceito de fundo, é imprescindível para se realizar qualquer atividade em fundos de arquivos, como por exemplo, organização, elaboração de instrumentos de pesquisa, pesquisas, e outras ações. Assim sendo, segundo estudiosos da ciência arquivística como, por exemplo, Marilena Leite Paes, fundo é:

1. A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos. 2 A principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída de documentos de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência. (PAES, 2004, p. 26).

Na mesma perspectiva, Bellotto, que tem amplos estudos em arquivologia conceitua fundo, como:

[...] o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas. (BELLOTTO, 2006, p.128).

¹² Essa assessoria tinha ações direcionadas para o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica.

O Fundo Domínio Dona Francisca, que está sob custódia do Arquivo Histórico de Joinville, e conforme se observa na imagem a seguir, reúne um conjunto de documentos do Domínio Dona Francisca e de outros empreendimentos privados como do Domínio Pirabeiraba, da “Empresa Joinvilense de Navegação”, do Domínio Dona Francisca Ltda., das companhias de colonização alemã, da Colônia Dona Francisca¹³, e do Conselho Municipal de Joinville. Diante da diversidade de produtores documentais contemplados nesse fundo, apresenta-se um histórico sobre o Domínio Dona Francisca e a constituição desse conjunto documental, que proporcionou o estudo da proveniência do FDDF.



Figura 02: Fotografia de documento do FDDF. Acervo: Fotógrafo Bruno Isidoro Pereira. Joinville, 2013.

¹³ A Colônia Dona Francisca nesse período, (século XIX), além do município de Joinville, incluía os atuais municípios, de Schroeder, Guarimirim, Campo Alegre, São Bento do Sul, Araquari, Jaraguá do Sul, Garuva e Corupá. (FICKER, 1965).

5.1 Domínio Dona Francisca

Considera-se importante, antes de historicizar a constituição do Fundo Domínio Dona Francisca, esclarecer a denominação, ou seja, o que de fato vem a ser “Domínio Dona Francisca”. Segundo informações de uma correspondência do próprio fundo, “domínio” é “uma denominação como tantas outras comuns nos imóveis rurais e não se constituía como uma firma ou sociedade”¹⁴. Consta ainda a informação de que no período do Brasil-império, era de uso frequente essa denominação para os grandes imóveis rurais.

O “Domínio Dona Francisca” faz parte do dote de casamento entre o Príncipe francês, François d’Orleans Philippe e a Princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I. Constituíam-se de 25 léguas quadradas de terras, ao norte da província de Santa Catarina, na comarca de São Francisco do Sul. A demarcação dessas terras, foi realizada nos anos de 1845 e 1846, e sua dimensão pode ser observada no mapa a seguir. (FICKER, 1965).

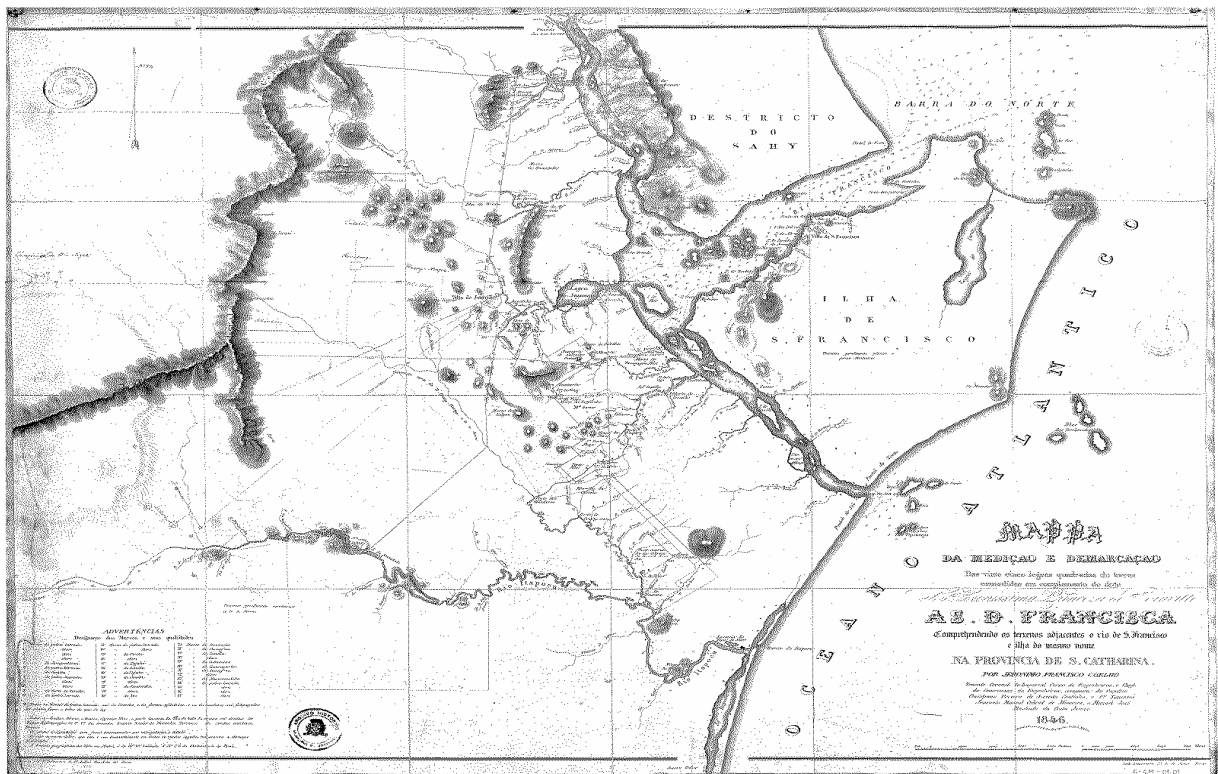


Figura 03 – Mapa de medição e demarcação das terras dotais da Colônia Dona Francisca do ano de 1846. Acervo AHJ. Foto digital 2013.

¹⁴ Subfundo Domínio Dona Francisca. Série correspondência. Subsérie carta e ofício. 21 jan. 1959, p. 01.

Em meados do século XIX, na França, estavam acontecendo crises políticas, econômicas e sociais que fizeram com que, François d'Orleans Philippe e a família se refugassem na Inglaterra. Mediante as dificuldades financeiras, a família vendeu oito léguas quadradas das terras dotais, para a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, na Europa. Essa foi a primeira companhia a iniciar as atividades de colonização na Colônia Dona Francisca, estabelecendo-se e organizando suas atividades mediante uma administração constituída como “direção da Colônia”. Sua administração era independente e ocorria em paralelo com a administração do Domínio Dona Francisca, que era exercida por meio de representantes dos príncipes de Joinville¹⁵.

Portanto, num mesmo período histórico, em meados do século XIX e início do século XX, haviam duas administrações que realizavam principalmente, ações de comercialização de lotes de terra e que produziam vasta documentação relacionada às suas atividades na Colônia. (FICKER, 1965).

Ainda em meados do século XIX, ocorreu a venda de outra parcela das terras do dote de casamento para o irmão do príncipe, o Duque d'Aumale, localizadas na região de Pirabeiraba, denominado, “Domínio Pirabeiraba”. Essa foi uma nova opção encontrada pelo príncipe de Joinville, para amenizar a situação de crise financeira da época. Esse empreendimento também se organizou independente do “Domínio Dona Francisca”, e produziu documentos específicos, os quais fazem referência às atividades de produção de cachaça, de açúcar e de álcool na Fazenda Pirabeiraba. (SCHMALZ, 1989). Essa documentação encontra-se no Fundo Domínio Dona Francisca, fato que será melhor explicitado no processo de contextualização do fundo.

No ano de 1897, a Sociedade Colonizadora Hamburgo de 1849 em Hamburgo, vendeu seu patrimônio de terras, incluindo os documentos, à Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897, que continuou com as atividades de colonização e imigração até o ano de 1922. Nesse mesmo ano, a Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 vendeu por meio de escritura pública de compra e venda, “todas

¹⁵ Os representantes dos príncipes eram responsáveis pela administração do seu patrimônio, sendo o primeiro dele, Leonce Aubé, responsável por medir as terras e comercializá-las inicialmente. Mais tarde outros o sucederam, o que ocasionou misturas dessa documentação, como é o caso do procurador Brüstlein que será informado no decorrer do trabalho.

as nesgas dos terrenos” e a documentação para o Domínio Dona Francisca”¹⁶. O Domínio Dona Francisca, continuou as atividades de comercialização de lotes de terra e por intermédio de um contrato social, de 16 de julho de 1956¹⁷, tem-se conhecimento da formação de uma empresa, constituída com razão social “Domínio Dona Francisca Ltda”. Esta comprou a empresa por meio de escritura pública de compra e venda em 31 de maio de 1957 os bens do Domínio Dona Francisca¹⁸.

A empresa “Domínio Dona Francisca Ltda”. continua nos dias atuais, a exercer suas atividades ligadas à comercialização de terras em Joinville, e no decorrer dos anos já teve diferentes proprietários.

Salienta-se que na medida em que foram sendo realizadas as negociações comerciais, automaticamente, a documentação desses diferentes produtores documentais foi transferida de um para outro, principalmente pela necessidade de utilização das mesmas para continuidade de cobranças, especificamente relacionadas à venda dos lotes de terra, que haviam sido negociados e vendidos em longas parcelas.

Além destes produtores, existem documentos: do Conselho Municipal, (poder legislativo e executivo), e da “Empreza Joinvillense de Navegação”. Esse fato ocorreu devido à sobreposição de cargos do administrador Frederico Brüstlein. Esse desenvolveu as atividades como procurador dos príncipes, (administrou o Domínio Dona Francisca e o Domínio Pirabeiraba), desde o ano de sua contratação, 1865 até a sua morte em 1911. Foi diretor da Colônia nos anos de 1875-1889. Foi Superintendente nos anos de 1887-1890. E por fim, nos anos de 1897-1911 era dono da “Empreza Joinvillense de Navegação”. (FICKER, 1965). Essas atividades, pelo que se pode perceber, incidiam em datas paralelas, o que ocasionou automaticamente o acúmulo e a mistura da documentação dessas administrações no Fundo Domínio Dona Francisca.

A mistura ocorrida nesse fundo de acordo com a identificação de diferentes produtores documentais é referente à acumulação de cargos. No entanto esse fator não foi o único que determinou a proveniência para a organização do fundo. A constituição da história arquivística do fundo, obtida por meio dos estudos da própria

¹⁶ Escritura de venda que faz a “Sociedade Colonizadora Hanseática a favor de SS. AA. RR. a senhora Duqueza de Chartres”. Joinville, 04 jan. 1922. p. 03.

¹⁷ Contrato Social constituindo a sociedade Domínio Dona Francisca Ltda. Joinville, 16 jul.1956. p. 03.

¹⁸ Escritura pública de compra e venda do Domínio Dona Francisca para o Domínio Dona Francisca Ltda. Joinville, 31 maio 1957. p. 05.

documentação e da Série Composição do Acervo do Fundo Poder Executivo foram fundamentais para elucidar a continuidade desse argumento que se apresenta na sequência.

5.2 Um acervo em disputa

A incorporação do Fundo Domínio Dona Francisca ao acervo do Arquivo Histórico de Joinville constitui-se por meio de procedimentos diferenciados. Apresenta-se a história arquivística do mesmo, com objetivo de esclarecer esses fatores, os quais são determinantes na organização de acervos.

O Fundo Domínio Dona Francisca possui uma grande diversidade de documentos, do início do século XIX até meados do século XXI. Nesse conjunto documental encontram-se, principalmente, informações sobre o processo de imigração e colonização da Colônia Dona Francisca, bem como, documentos referentes à comercialização de lotes de terra pelo Domínio Dona Francisca Ltda. na atualidade.

Essa documentação tornou-se fundamental para os estudos sobre a história da Colônia Dona Francisca e região. Observa-se que devido sua importância, a mesma proporcionou uma disputa pela sua posse por dois historiadores locais, o senhor Adolfo Bernardo Schneider e o senhor Carlos Ficker, que reivindicavam a guarda da mesma que se encontrava no prédio do domínio Dona Francisca, atual Museu Nacional de Imigração Colonização-MINC. O senhor Carlos Ficker foi presidente e diretor do MINC, e o senhor Adolfo Bernardo Schneider foi diretor da Biblioteca Pública Municipal Pref. Rolf Colin, onde funcionou inicialmente o Arquivo Histórico de Joinville.

Destaca-se que Carlos Ficker e Adolfo Bernardo Schneider, tinham mais facilidade para acesso ao acervo, pois tinham domínio do idioma alemão, no qual está a maior parte dos documentos, escritos em letra gótica. Esses documentos foram usados em suas escritas sobre a história da colonização de Joinville. Fato esse que também justifica o interesse na documentação.

Essa disputa se apresenta em correspondências enviadas à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)¹⁹, pelo senhor Ficker, quando intermediou a compra desse acervo que estava em posse da família Pesch, uma das últimas administradoras do Domínio Dona Francisca. O historiador Ficker comenta: “É de certa urgência a resolução do assunto devido ao aparecimento de outro interessado (formou o Sr. Schneider um arquivo histórico particular, prejudicando seriamente o museu)”²⁰. Da mesma forma o senhor Adolfo Bernardo Schneider, também ataca o senhor Ficker. Ao escrever em um boletim comemorativo pelos dez anos de sede do AHJ, faz o seguinte comentário sobre a documentação disputada:

[...] faltava o motivo real da criação do Arquivo: a documentação histórica guardada no chalé do Domínio Dona Francisca” ali ao lado do Palácio dos Príncipes. Não sabia eu na época que essa documentação toda já se encontrava na casa particular do Sr. Ficker que era Presidente da Comissão do Museu. (AHJ, boletim, 1996, p. 09).

Também por meio de correspondência enviada por Carlos Ficker ao diretor do Departamento Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo M. F. de Andrade, percebe-se a preocupação de Carlos Ficker em agilizar a compra da documentação: “o negócio tem de ser resolvido com urgência, pois existe contraoferta de um particular. A perda (sic) dos documentos seria um prejuízo incalculável para o museu.”

Como o senhor Ficker²¹ era diretor do Museu Nacional de Imigração e Colonização, e conhecia a família Pesch, intermediou a compra da documentação que foi adquirida pelo poder público municipal pela segunda vez no ano de 1965 por meio do DPHAN. Aqui cabe a ressalva, de que no ano de 1957 quando o prédio foi comprado pelo poder público municipal, esse conjunto documental, encontrava-se armazenado no então prédio do Museu Nacional e já havia sido adquirido junto com a compra do imóvel. O prédio era a sede da administração dos Príncipes de Joinville. Esse foi tombado, como patrimônio histórico nacional pelo Instituto do

¹⁹ Atualmente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

²⁰ Carta de Carlos Ficker para diretor do DPHAN, 02/03/1965. Protocolado junto DPHAN sob nº 251 de 08 mar. 1965. 02 p.

²¹ o historiador Carlos Ficker, desenvolveu pesquisas relacionadas à colonização europeia e ao município de Joinville, a partir do uso das fontes do Fundo Domínio Dona Francisca. No Arquivo Histórico de Joinville há uma coleção denominada “Coleção Carlos Ficker”, formada por esse senhor, quando a utilizou para escrever um livro sobre a história de Joinville, no ano de 1965. Segundo o historiador Richter (1989), este retirou documentos do acervo do Fundo Domínio Dona Francisca e formou um acervo particular. Essa coleção depois de sua morte foi vendida pela família e comprada pelo Arquivo Histórico de Joinville no ano de 1977.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em 04 de dezembro de 1939. E somente no ano de 1957 foi criado o Museu Nacional de Imigração e Colonização.

Logo após a compra, ainda por meio das correspondências, é possível observar que a disputa pela documentação continuava. Em agradecimento do então prefeito municipal, Helmuth Falgatter, ao diretor do DPHAN pela aquisição da documentação, é perceptível a intenção de que a mesma compusesse o acervo do AHJ. Segundo ele este fato “[...] constitui um marco inicial deste Arquivo Histórico de Joinville que funcionará junto à Biblioteca Pública Municipal.”²² No entanto o diretor do DPHAN, em correspondência enviada ao prefeito, afirma que a doação foi feita para o Museu Nacional de Imigração e Colonização, conforme já havia sido inclusive noticiado no jornal A Notícia, e que o prefeito deveria “reconsiderar” o fato e a documentação voltar a pertencer ao museu.²³ Ficker intermediou a compra da documentação e tornou-se conhecido, pelo diretor do DPHAN, e deve ter informado a esse sobre o acontecido. Assim, a documentação permaneceu no acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização até o ano de sua transferência para a Biblioteca Pública Municipal Pref. Rolf Colin.

Em uma correspondência, do ano de 1971, há informações da solicitação de guarda do acervo no Arquivo Histórico de Joinville, pois o prédio do museu não possuía biblioteca.²⁴ Todavia é importante enfatizar que o AHJ, foi criado no ano de 1972, e sua sede era uma das salas da biblioteca, portanto, tudo indica que a partir da data da transferência da documentação, essa passou a pertencer ao acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Salienta-se ainda que Adolfo Bernardo Schneider²⁵ foi o fundador e o diretor do AHJ e desfrutava de certo prestígio junto ao prefeito da época.

Destaca-se que após a compra da documentação, em 1965, pelo poder público municipal, foram feitas incorporações de documentos no Fundo Domínio Francisca, provenientes de doações no ano de 1978, 2012 e 2013.

As informações referentes às incorporações nesse fundo, e o acúmulo de cargos, são elementos de compreensão da constituição de diferentes produtores

²² Ofício. nº 726/65 de Helmuth E. Falgatter ao Diretor do DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. 26 agos. 1965, p. 01.

²³ Ofício nº 1113 do diretor do DPHAN para o prefeito da PMJ, 10 set. 1965, p. 01.

²⁴ Ofício nº 726/65 da diretora de Educação e Cultura para o diretor da biblioteca, 20 set. 1971, p. 01.

²⁵ Adolfo Bernardo Schneider foi diretor da Biblioteca Pública Municipal Prefeito Rolf Colin, entre aos anos de 1960 e 1970.

num mesmo fundo privado. Compreende-se também o porquê do não respeito à proveniência, pois se misturou a documentação dos diferentes produtores documentais.

5.3 O Fundo Domínio Dona Francisca

A partir dos resultados obtidos nos estudos referentes à produção documental do Fundo Domínio Dona Francisca, salienta-se a informação de que não se respeitou o princípio arquivístico da proveniência e organicidade conforme estabelece a ciência arquivística. Conceitos fundamentais a serem considerados no processo de arranjo e descrição de fundos.

Nessa perspectiva, Bellotto (2006), aborda a importância de “não mesclar” os documentos de uma entidade ou de outro produtor documental com documentos provenientes de instituições e ou diferentes produtores. Assim, o princípio da proveniência, estabelece também a organicidade, isto é, a relação orgânica do documento, das atividades e funções desenvolvidas pelo órgão produtor. Para Heloísa Bellotto, a compreensão do princípio da proveniência vai determinar a organização de acervos em arquivos permanentes. Assim, para a autora o:

O respect des fonds (ou princípio da proveniência), que consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: O que se chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa. (BELLOTTO, 2006, p.130).

Nessa mesma linha de pensamento, a importância desse princípio para a ciência arquivística é enfatizado por Hagen ao destacar que:

O enfoque da arquivística sempre é a informação registrada no conjunto dos documentos, nunca perdendo de vista o princípio fundamental do respeito à proveniência, ou seja, a importância de deixar evidente o contexto em que os documentos foram produzidos ou recebidos. (HAGEN, 2012, p. 05),

Observa-se, que quando se iniciou, a organização do Fundo Domínio Dona Francisca, ainda no ano de 2008²⁶, foi estabelecida uma pré-definição de arranjo

²⁶ Sobre o Fundo Domínio Dona Francisca, encontra-se no prelo para publicação da Revista do Arquivo Histórico de Joinville, um artigo intitulado: “Fundo Domínio Dona Francisca: Desafios e perspectivas.” Este trabalho de autoria de Maria Judite Pavesi e Terezinha Fernandes da Rosa, registra o estudo e as primeiras atividades desenvolvidas inicialmente nesse fundo, durante o ano de 2008.

com dois subfundos: Subfundo Domínio Dona Francisca e Subfundo Domínio Pirabeiraba, e uma pré-definição de séries e subséries. Porém, esses dois subfundos não contemplavam os demais produtores documentais encontrados durante as atividades de identificação e separação dos documentos. Ratifica-se a informação de que o princípio da proveniência e da organicidade do Fundo Domínio Dona Francisca foram fundamentais para o desenvolvimento das atividades de arranjo e descrição. Também explicam a demanda de um maior período de tempo para se concluir as atividades.

Portanto, o estudo da proveniência do FDDF foi imprescindível para a recuperação da informação, a identificação do conteúdo e para se perceber a relação do fundo com os seus diferentes produtores documentais.

Assim como a proveniência é fundamental também, manter a organicidade no fundo. Nesse sentido, a “organicidade” é a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” e é um elemento importante na organização de um fundo de arquivo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127).

Foram várias as dificuldades para identificação dos produtores e do conteúdo do Fundo Domínio Dona Francisca, dentre elas destaca-se as mudanças dos locais de guarda e preservação dessa documentação. O primeiro local foi na antiga sede do Domínio Dona Francisca, o Museu Nacional de Imigração e Colonização, depois foi transferido para a Biblioteca Municipal Prefeito Rolf Colin e no ano de 1986, essa documentação foi novamente transferida para a nova sede do Arquivo Histórico de Joinville. Diferentes grupos organizando e descrevendo essa documentação, sem a utilização do conhecimento técnico da ciência arquivística e sim da biblioteconomia, é outro fator que pode ter contribuído para a dispersão dos documentos dos diferentes produtores, quando esses foram organizados e descritos por temas.

O pesquisador, Vitor Manoel Marques da Fonseca, em seus estudos também enfatizou a importância do respeito da proveniência e da organicidade dos fundos, afirmando que: “[...] um documento fora do seu conjunto tem sua carga de informação prejudicada e que perde até em termos de sua autenticidade”. (FONSECA, 2011, p. 127).

Assim sendo, no Fundo Domínio Dona Francisca, havia documentos que estavam acondicionados “avulsos”, com páginas sem continuidade de sequência,

documentos de um mesmo assunto desmembrados em pastas distintas; de produtores diferentes numa mesma pasta e ainda, havia aqueles sem identificação. As análises pertinentes a fragmentação ocorrida no Fundo Domínio Dona Francisca é um exemplo que retrata a importância da necessidade de se respeitar o princípio da proveniência e da organicidade no processo de organização de fundos documentais.

Assim como destacou Fonseca, também para Bellotto, a organicidade é o estabelecimento inter-relacional das informações dos documentos e está em conformidade com sua organização interna.

Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. (BELLOTTO, 2006, p. 88).

Nesse aspecto, é relevante ressaltar a abordagem de Heloísa Bellotto, sobre a importância da inter-relação da procedência e da proveniência. Por meio da organicidade preservada recupera-se a compreensão da informação arquivística. Além do acesso à informação em si, o usuário precisa conhecer o contexto no qual a informação foi produzida.

Utilizando-se desses conceitos foi elaborado o arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca que será analisado e explicitado a seguir.

6 ARRANJO E DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM LONGO DESAFIO

Refletir acerca do princípio da proveniência e da importância da informação foi significativo para realizar as atividades de arranjo e descrição do fundo. O Fundo Domínio Dona Francisca é um conjunto documental volumoso, que compreende 21 metros lineares de documentos textuais, e aproximadamente trezentos mapas. A organização desse fundo foi processada por meio da contextualização e ordenação de mais de 170 anos de documentos, em sua maioria, textuais, manuscritos, impressos e datilografados em alemão, português, francês, inglês e espanhol.

Para Bellotto (2006), o arranjo é um conceito utilizado em arquivos permanentes, e deve respeitar a classificação de origem dos documentos, já realizada nos arquivos correntes. Deve refletir a organização e as funções de seus produtores documentais. O resultado do processo de arranjo e descrição tem como objetivo explicar ao usuário o contexto do produtor e de sua produção, na medida em que localizam, identificam e levam a compreensão do acervo arquivístico. Para a autora um documento deslocado de seu conjunto, perde sentido, pois não traduz o seu contexto de produção.

O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da teoria de fundos. Ela é que preside a organização dos arquivos permanentes. (BELLOTTO, 2006, p.28).

Também, as atividades de arranjo e de descrição de um fundo de arquivo resultam na elaboração de instrumentos de pesquisa que irão propiciar o acesso e a difusão dos documentos. Segundo o dicionário de terminologia arquivística, o conceito de arranjo é a:

Seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo (1) ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37).

O trabalho de arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca, foi estabelecido mediante a identificação e a análise da documentação a qual propiciou reconhecer as diferentes unidades produtoras/acumuladoras e, por conseguinte, definir sua organização em subfundos, séries e subséries.

Nessa fase da organização, para a definição do arranjo do FDDF foi utilizada uma metodologia de classificação funcional e estrutural. De acordo com Cordeiro e Rios (2010):

O primeiro corresponde às funções de uma entidade coletiva, sendo o procedimento tradicionalmente mais usado em arquivos. O segundo refere-se às divisões, aos setores e aos departamentos de uma instituição e, apesar de ser menos usado, alguns profissionais da área consideram que talvez possa refletir melhor alguns aspectos das exigências da classificação arquivística. (CORDEIRO; RIOS, 2010, p.128).

No Fundo Domínio Dona Francisca, foi identificado a existência de 7 (sete) produtores documentais, os quais foram arranjados em subfundos: Domínio Dona Francisca, Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Domínio Pirabeiraba, Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897, Domínio Dona Francisca Ltda, Conselho Municipal e “Empreza Joinvilense de Navegação” (figura 04). Estes foram organizados pelo método de classificação estrutural, pois os mesmos estão com sua estrutura definida, e não haverá mais mudanças e incorporações. Por meio dessa metodologia é possível conhecer sua estrutura administrativa.

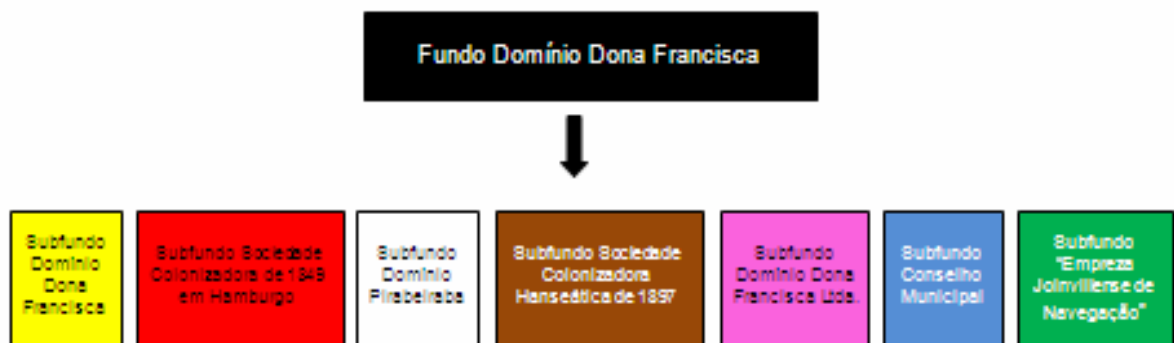


Figura 04 - Quadro de arranjo dos subfundos do Fundo Domínio Dona Francisca. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. 2012.²⁷

A compreensão do uso do método funcional possibilitou estabelecer as séries dos subfundos do Fundo Domínio Dona Francisca. Segundo Janice Gonçalves,

[...] salvaguardadas as exceções de praxe, entendo que a opção pela classificação estritamente “funcional”, apesar de menos freqüente e

²⁷ As diferentes cores do quadro de arranjo do fundo identificam o acondicionamento e a localização dos documentos no acervo, como também tem como objetivo facilitar a guarda no acervo.

tecnicamente mais complexa, costuma atender melhor as exigências da classificação arquivística. No entanto, cabe ao profissional de arquivo examinar cada situação e decidir pelo que se apresentar como tecnicamente mais correto. (GONÇALVES, 1998, p. 23).

Assim, o método de classificação utilizado para o arranjo das séries de todos os subfundos, foi estabelecido por meio da função representada no documento em relação ao seu produtor.

No subfundo Domínio Dona Francisca (figura 05), o primeiro no quadro de arranjo do Fundo, foram sistematizadas 8 (oito) séries e 3 (três) subséries. Essas foram denominadas como: série Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Memorando, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Controle de Imigração e Colonização; série: Registro de Processo; série: Controle do Serviço de Saúde; série Controle, Medição e Manutenção de Lote de Terra e Estrada; série Registro de Terra, subsérie: Livro de Medição e Demarcação de Lotes de Terra, série Registro Cartográfico e série Registro Jurídico de terra.

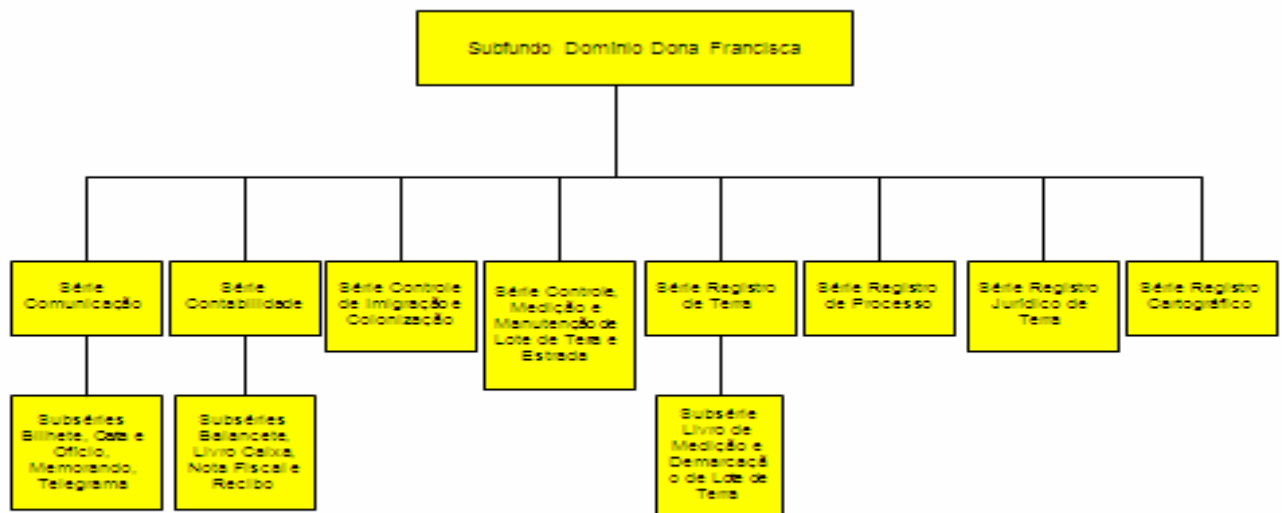


Figura 05 - Quadro de arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.

As séries de todos os subfundos, como já mencionado, foram classificadas pela função e tiveram a mesma denominação na maioria dos subfundos, como por exemplo, as séries comunicação e contabilidade.

Mas, de acordo com as atividades desenvolvidas pelas unidades produtoras dos subfundos, foram criadas séries específicas e, com diferentes denominações, como é o caso dos produtores dos subfundos ligados à comercialização de terras. Cita-se como exemplo, a série registro de terra, com a subsérie: livro de medição e demarcação de lote de terra, dos subfundos Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e Domínio Dona Francisca.

Para ilustrar o arranjo das séries e subséries elencou-se o subfundo do Domínio Pirabeiraba. A série contabilidade desse subfundo (figura 06) foi estruturada pelo método funcional e a subsérie pela tipologia documental: balancete, livro caixa, nota fiscal e recibo. Salienta-se que somente as séries: contabilidade, comunicação e registro de terra, que possuem maior quantidade de tipologias documentais, foram organizadas em subséries.

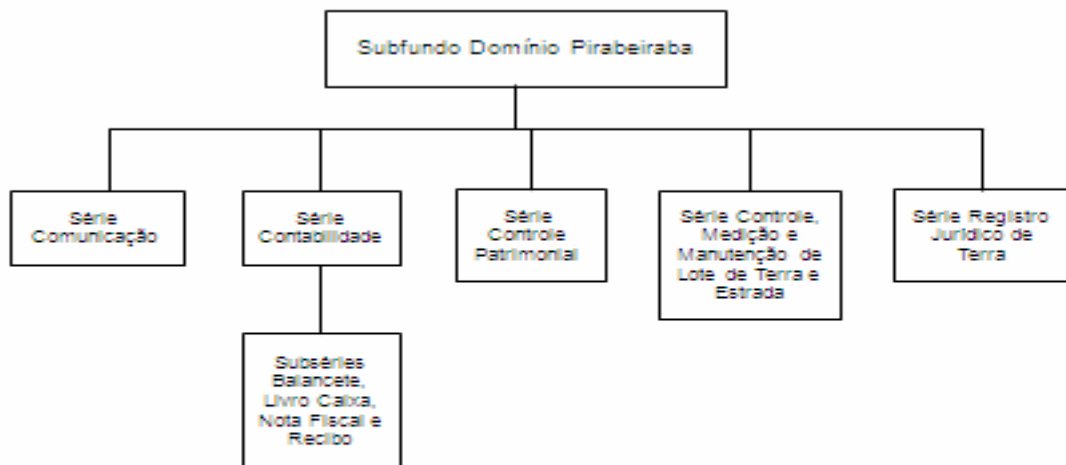


Figura 06 - Quadro de arranjo da série e subsérie do subfundo Domínio Pirabeiraba. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. 2012.

As escolhas dos métodos utilizados para definir o arranjo e a descrição dos acervos precisam considerar as estruturas e funções das unidades produtoras/acumuladoras dos fundos de um arquivo, como também aplicar o princípio da proveniência. Assegura-se que o melhor método a ser utilizado deve ser aquele “tecnicamente adequado”, de acordo com os estudos apresentados pelos profissionais responsáveis pela organização da documentação. Para tanto, há a

necessidade de realizar-se um exercício intelectual que prime por um trabalho de qualidade, mediante os princípios teóricos das diferentes áreas que norteiam as práticas nos arquivos. Nesse sentido, concorda-se com Rodrigues (2003), quando infere que as funções arquivísticas:

São na verdade, operações físicas e intelectuais que têm os seus significados próprios, fundamentais para que se obtenha como resultado, quando da intervenção em arquivos, documentos organizados, tanto física quanto intelectualmente. Realizadas em diferentes momentos, essas operações tem objetivos diversos, porém em última instância, quer-se, com elas, possibilitar e facilitar o acesso aos documentos ou às informações arquivísticas. (RODRIGUES, 2003, p. 210),

Para a arquivística, as atividades de arranjo e de descrição são complementares e estabelecem a pertinência da informação, assim como, a compreensão da unidade produtora. Assim, a partir da sistematização do quadro de arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca iniciou-se a atividade de descrição da documentação que teve como referência a NOBRADE.

6.1 Descrição

A excelência que a informação arquivística conquistou na sociedade contemporânea é perceptível em todas as áreas do conhecimento humano. Se em tempos remotos o homem não compreendia essa importância já nos dias atuais tornou-se imprescindível.

É cada vez mais comum, em nosso cotidiano, as pessoas procurarem uma instituição arquivística para realizarem pesquisas referentes à sua família e à sua história. Outros se dedicam a pesquisas mais direcionadas, para fins de estudos específicos. Assim, os arquivos públicos são instituições que atendem esses interesses.

O Arquivo Histórico de Joinville tem realizado atendimento a pesquisadores disponibilizando seu acervo para os mais diferentes temas de estudo. E nesse caso, é importante que a informação esteja organizada de modo a atender os usuários em suas pesquisas. Lembra-se que para Bellotto (2006) o processo de descrição pode ser iniciado nos arquivos correntes, mas segundo a autora é uma atividade

desenvolvida principalmente em arquivos permanentes, gerando os instrumentos de pesquisa para acesso dos acervos aos usuários.

No Arquivo Histórico de Joinville, inicialmente, efetuou-se uma atuação mais voltada para a salvaguarda e a conservação de documentos. Nas atividades de organização e de catalogação do acervo foram adotados métodos já consolidados em bibliotecas. Era comum a descrição temática e a separação dos documentos dos diferentes suportes, como é possível observar no boletim informativo da instituição:

Nesse ano o Arquivo Histórico de Joinville organizou a catalogação e classificação dos diversos tipos de suportes documentais: cartas, relatórios, recortes de jornais [...] criando um sistema próprio de classificação alfanumérica, adequado aos serviços desenvolvidos nesta entidade por seus usuários e seus funcionários. (AHJ, Boletim, v.1, n.2, dez. 1983, p. 06).

No caso da organização do Fundo Domínio Dona Francisca, destaca-se que o primeiro instrumento de consulta, foi elaborado provavelmente em 1987, um ano após a inauguração da nova sede do AHJ, pela equipe da instituição. A descrição e a elaboração dos catálogos foram realizados de acordo com o acondicionamento que já havia da documentação - em pastas, maços e pacotes - quando esses foram trazidos da antiga sede. Em paralelo a esse trabalho, foi elaborado um projeto para a continuidade do processamento técnico do acervo iniciando pelo Fundo Domínio Dona Francisca²⁸.

A documentação do Domínio Dona Francisca foi descrita em três catálogos intitulados: "Levantamento e identificação dos documentos (listas)". Assim, o acesso à documentação desse fundo, era avalizado por meio desse instrumento de pesquisa, que relacionava os documentos por tipologia documental, constando às vezes a indicação do ano. Para a época, esse catálogo supria as necessidades dos pesquisadores, mas o mesmo não contemplava todo o volume e a variedade documental. Além do mais, os procedimentos e as normatizações acerca da descrição e elaboração dos instrumentos de pesquisa, mudaram com o desenvolvimento da ciência arquivística e os estudos que se realizam em torno da mesma.

²⁸ Informações obtida com a conservadora do Arquivo Histórico de Joinville, Gessonia Leite de Andrade Carrasco, que trabalha na instituição desde o ano de 1984 até os dias atuais.

A partir da década de 1990 foram criadas normas internacionais de descrição visando padronizar e disseminar o acesso a informação. Para a descrição de fundos e coleções nos arquivos brasileiros, é adotada a NOBRADE, que está fundamentada na norma internacional ISAD(G), e foi proposta pela Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística, CTNDA, do Conselho Nacional de Arquivos, CONARQ. A NOBRADE é aplicada à descrição de documentos, independente dos diferentes tipos de suportes e gêneros documentais, e estabelece:

“[...] diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor [...] e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também se aplicada para a descrição de documentos em fases corrente e intermediária”. (CONARQ, 2006, p. 10).

A NOBRADE tem como princípios básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível em: fundo ou coleção, seção ou subfundo, série, subsérie, dossiê, processo e item documental. Essa estabelece 28 campos de descrição, e em relação à ISAD(G), possui a mais a área oito e dois elementos de descrição (6.1 e 8.1). As áreas são:

“1. Área de identificação; 2. Área de contextualização; 3. Área de conteúdo e estrutura; 4. Área de condições de acesso e uso; 5. Área de fontes relacionadas; 6. Área de notas; 7. Área de controle de descrição, 8. Área de pontos de acesso e descrição de assuntos”. (NOBRADE, 2006, p. 18).

A atividade de descrição do Fundo Domínio Dona Francisca, foi baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, e procurou-se “representar” na organização e na descrição desse acervo as informações de forma precisa, contextualizando as instituições produtoras em relação ao seu conteúdo documental, estabelecido por meio da proveniência. Teve-se como objetivo além da identificação e o registro das unidades produtoras, proporcionar o conhecimento das fontes por meio da contextualização de seu conteúdo, buscando facilitar a comunicação e a consulta ao Fundo.

Para a descrição do Fundo Domínio Dona Francisca foram utilizados os sete elementos obrigatórios de descrição da NOBRADE: “Código de referência; título, data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1)”. (NOBRADE 2006, p.19). Outros elementos não obrigatórios foram preenchidos no FDDF, nos

diferentes níveis de descrição, fundo, subfundo²⁹, série e subsérie, conforme determina a norma, por se entender que assim, o usuário tem melhor compreensão sobre as informações descritas.

A descrição nível fundo do Domínio Dona Francisca, contempla: “(1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição; (2) Área de contextualização, onde se registra a proveniência e custódia da unidade de descrição, (3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra a informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição” (NOBRADE, 2006, p. 18).

O código de referência é o primeiro elemento da área de identificação, e é utilizado em todos os níveis de descrição. Contempla o código do país (e estado), o código da entidade custodiadora que é fornecido pelo Arquivo Nacional e o código de referência do fundo. O Fundo Domínio Dona Francisca assim está identificado: **BR SC AHJ DDF**. A área de identificação informa, ainda, o nível de descrição: Fundo (1), o título: **Fundo Domínio Dona Francisca**. Com relação a data, no fundo, foi utilizada a data de produção dos documentos (1811-1970). Em relação à dimensão e suporte são 21 metros lineares de documentos textuais e 300 de documentos cartográficos, constituídos de mapas³⁰.

A área de contextualização contempla a história administrativa, a história arquivística, o conteúdo e a procedência. As principais informações dessa área foram abordadas no capítulo cinco: Fundo Domínio Dona Francisca: alguns itinerários, a qual foi pesquisada exaustivamente e demandou um grande período de tempo, pois foi fator determinante para estudar a proveniência dos documentos em relação a seus produtores e para realizar as etapas sucessivas. Este campo da norma pormenoriza também o arranjo da documentação, informando os sete subfundos e as respectivas séries, subséries, bem como seus conteúdos correspondentes.

A proposta de descrição a partir das normas internacionais e da NOBRADE, está centrada na ampliação do contexto da informação levando a compreensão do

²⁹ A NOBRADE permite o uso do termo subfundo para a subdivisão da estrutura do fundo. “É a primeira fração lógica do Fundo” (NOBRADE, 2006, p. 16). Essa utilização no FDDF foi maneira encontrada para melhor representar as subdivisões do fundo.

³⁰ Este número é aproximado, esses se encontram em estado de conservação precário e precisam de tratamento técnico e somente após essa etapa será possível organizá-los. Para os suportes que não são textuais a NOBRADE exige que sejam quantificados.

documento. No FDDF, procurou-se expressar por meio da descrição a preocupação de Vitor Marques da Fonseca, ao afirmar que:

Por isso, não são fornecidas apenas informações sobre o documento, mas também sobre seu produtor e as demais entidades envolvidas, a função/atividade que o produtor exerce e em decorrência da qual o documento é criado e até sobre a entidade que o custodia, que, ao receber e dar acesso, a ele, também o relaciona, de algum modo a outras unidades documentais (FONSECA, 2011, p. 129).

Por meio dessa citação se abstrai a proposta do autor em relação ao registro das informações contextualizadas na descrição, bem como o acesso, principais fundamentos das funções arquivísticas.

O acesso é outra informação essencial. Na NOBRADE esse registro é realizado na (4) Área de condições de acesso e uso “onde se registra a informação sobre o acesso da unidade de descrição.” (NOBRADE, 2006, p. 18). No Fundo Domínio Dona Francisca, o acesso é permitido por meio de reprodução dos originais, respeitando-se as normas de conservação da instituição. É interessante ressaltar também que o suporte dessa documentação, em sua maioria textual, está com o conteúdo registrado em seis idiomas diferentes (português, alemão, espanhol, francês, inglês e um documento em polonês). A identificação dos conteúdos desse conjunto documental foi feita pela tradutora do AHJ.

A seguir reporta-se a Área de fontes relacionadas: “onde se registra informação sobre outras fontes com importante relação com a unidade de descrição.” (NOBRADE, 2006, p. 18). No Fundo descrito não foram localizados documentos originais em outras entidades custodiadoras. No entanto, no AHJ, encontram-se documentos na Coleção Carlos Ficker e Coleção Museu Nacional de Imigração e Colonização relacionados ao Fundo Domínio Dona Francisca. A coleção Ficker foi formada por Carlos Ficker quando esse fazia parte da Comissão do MNIC e fez uso dos documentos do FDDF para escrever o livro sobre a “História da Colônia Dona Francisca” (Richter, 1986). Essa documentação foi comprada pelo município de Joinville e é acervo do AHJ. A Coleção do Museu Nacional de Imigração e Colonização compreende documentos do Domínio Dona Francisca, é acervo do MNIC e está sob guarda no Arquivo Histórico de Joinville.

No campo “nota sobre publicação” são identificadas as obras produzidas a partir do uso da documentação do FDDF, algumas foram utilizadas para historicizar o Fundo.

Na área de notas é registrada a “informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores” (NOBRADE, 2006, p. 18). Nesse campo do FDDF, encontra-se a informação de que a maioria da documentação permanece num bom estado de conservação. Contudo a documentação cartográfica apresenta problemas em seu suporte necessitando de intervenções e por conta disso no momento não é acessada aos usuários.

Foram registrados todos os funcionários, que em diferentes períodos participaram das atividades de identificação, arranjo e descrição do Fundo, na “Área de controle da descrição, onde se registra a informação sobre, quando e por quem a descrição foi elaborada” (NOBRADE, 2006, p. 18). E no campo “regras e convenções” foi indicada a NOBRADE, pois a descrição tem como base essa norma.

A área de pontos de acesso e descrição de assuntos, “registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição”. (NOBRADE, 2006, p. 18). Essa área visa facilitar a recuperação da informação mediante assuntos, entidades, períodos, entre outros. Observa-se que a equipe técnica do AHJ, está em processo de elaboração de um vocabulário controlado. Assim, para a elaboração dos pontos de acesso foram indexados assuntos referentes a temas pesquisados na instituição, diretamente relacionados com a documentação, como por exemplo: Imigração, Colonização, Domínio Dona Francisca, Domínio Pirabeiraba, entre outros, como também instituições (Museu Nacional de Imigração e Colonização, AHJ e Conselho Municipal) e além de nomes de pessoas ligadas a instituições e a história de Joinville.

Na sequência apresenta-se a descrição nível fundo da NOBRADE, para melhor compreensão e detalhamento do conjunto documental do Domínio Dona Francisca.

FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação	
1.1 Código de referência	BR SCAHJ DDF

1.2 Título	Domínio Dona Francisca
1.3 Data	1811-1970 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textual: São 21 metros lineares de documentos, acondicionados em caixas-arquivos e em embalagens personalizadas, armazenados em estantes de aço. Cartográfico: Aproximadamente 300 mapas acondicionados em mapoteca de aço.
2 Área de contextualização	
2.1 Nomes dos produtores	Domínio Dona Francisca, Conselho Municipal, Domínio Dona Francisca Ltda., Domínio Pirabeiraba, “Empresa Joinvillense de Navegação”, Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo e Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897.
2.2 História administrativa	O Fundo Domínio Dona Francisca compreende ampla e diversificada documentação, a qual está diretamente relacionada à história da Colônia Dona Francisca, hoje Joinville, cidade de Santa Catarina. A colônia compreendia também os atuais municípios de Schroeder, Guaramirim, Campo Alegre, São Bento do Sul, Araquari, Jaraguá do Sul, Garuva e Corupá. O núcleo da Colônia Dona Francisca, em 1852, foi denominado Joinville e era a sede administrativa. É importante lembrar que durante o período do Brasil-império, “Domínio Dona Francisca”, era uma denominação como tantas outras comuns aos imóveis rurais e não se constituía como uma firma ou sociedade. No caso específico aqui, “Domínio Dona Francisca”, referia-se à administração do patrimônio dotal do período da colonização de Joinville. Essas terras eram parte do dote de casamento entre o príncipe de Joinville, François d’Orleans Philippe e a princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I. O dote compreendia 25 léguas quadradas das terras ao norte da província de Santa Catarina, pertencentes à comarca de São Francisco do Sul. O procurador do príncipe Leonce Aubé, juntamente com o engenheiro Jerônimo Coelho iniciam a demarcação dessas terras nos anos de 1845 e 1846. No entanto, no ano de 1848, aconteceram agitações políticas, crises econômicas e sociais na França que forçaram o príncipe de Joinville e família a refugiar-se na Inglaterra. Suas dificuldades financeiras fizeram com que vendesse 8 léguas quadradas das terras pertencentes ao dote para a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Essa sociedade de iniciativa privada começou na Colônia Dona Francisca a colonização e povoamento das terras compradas dos príncipes, e constituiu uma administração paralela à administração do Domínio Dona Francisca, com produção de documentos relacionados às suas atividades na colônia. Em data subsequente ainda em meados do século XIX, com o propósito de superar dificuldades de

	<p>ordem financeira, o príncipe de Joinville vendeu outra parte das terras dotais para seu irmão, o Duque d'Aumale, localizadas na região onde atualmente situa-se o Distrito de Pirabeiraba, denominada "Domínio Pirabeiraba", também com administração e produção documental específica, ligada às atividades de produção de cachaça, açúcar e álcool da Fazenda Pirabeiraba. Referente às léguas de terras dotais que não foram vendidas, se constituíram no patrimônio dos príncipes. Esse patrimônio foi administrado pelo "Domínio Dona Francisca". Os representantes dos príncipes eram responsáveis pela administração dos seus bens, principalmente no que se referia à comercialização dos lotes de terra na Colônia Dona Francisca, mas em alguns momentos da história também administraram os bens dos herdeiros, como por exemplo, do irmão do príncipe o Duque d'Aumale, proprietário do Domínio Pirabeiraba. Para melhor compreender a produção documental desse fundo, faz-se necessário ressaltar que os representantes legais dos príncipes e seus herdeiros, e o diretor da Colônia Dona Francisca respondiam em determinados períodos históricos, simultaneamente pelos cargos, apesar de serem independentes. Essa sobreposição de cargos gerou no Fundo Domínio Dona Francisca documentos referentes ao Domínio Dona Francisca, Conselho Municipal e Domínio Pirabeiraba. Além desses produtores documentais, no Fundo Domínio Dona Francisca, encontram-se documentos referentes a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo e Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897. Isso se justifica porque a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo não conseguiu sucesso em seu empreendimento, e vendeu-o para a Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897. No ano de 1922, esta última Sociedade, também por motivos econômicos acabou vendendo seu patrimônio, e acervo documental, ao Domínio Dona Francisca. Ocorre que no ano de 1957, o Domínio Dona Francisca vendeu seu patrimônio ao Domínio Dona Francisca Ltda. E esse continua com atividades em Joinville.</p>
2.3 História arquivística	<p>Estando, sob a custódia do Arquivo Histórico de Joinville, o Fundo Domínio Dona Francisca, constituiu-se por meio das incorporações automáticas quando foram negociadas as terras e os bens que passaram de uma sociedade para outra. Parte da documentação foi adquirida por compra pelo poder público municipal, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), no ano de 1965. Junto a compra dos documentos, a família Pesch, uma das últimas administradoras do Domínio Dona Francisca, acrescentou outra parte da documentação.</p>

	<p>Posteriormente, na década de 1978, houve outra doação do Domínio Dona Francisca Ltda. que foi incorporada ao fundo. No ano, 2012, o Arquivo Histórico de Ibirama doou ao Arquivo Histórico de Joinville documentos da Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897. E no ano de 2013, o Domínio Dona Francisca Ltda. doou o seu acervo ao AHJ.</p>
2.4 Procedência	<p>A maior parte dos documentos que compreendem o Fundo Domínio Dona Francisca foi comprada pelo poder público municipal no ano de 1965. Outra parte da documentação foi incorporada ao fundo por meio das negociações entre as Sociedades de Colonização, e também, foram feitas doações de documentos pelas instituições já citadas acima.</p>
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	<p>Destaca-se que o Fundo Domínio Dona Francisca está arranjado em subfundos, séries e subséries, que fazem referência às atividades desenvolvidas pelas administrações da Colônia Dona Francisca, no período do século XIX e XX:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Municipal: As fontes referem-se aos assuntos: solicitação de prestação de serviço, assistência social; informam envio e recebimento de informações comerciais e de crédito em conta corrente; envio de agradecimentos, realização de obras no Cais do Mercado, exame em escola subvencionada; informações referentes aos festejos de 50 anos de Joinville, partidos políticos e de instituições catarinenses. Documentos que informam comercialização de mercadorias e sobre produtos agrícolas; registros que emitem informações de aviso de chegada e de transporte de passageiro, gastos com agricultura, contratações para os serviços de estradas e pontes; informam nome para participar da comissão externa de obras públicas, cobrança de imposto, de taxas de embarque e desembarque das lanchas a vapor de Joinville. Há documentos sobre solicitações, como por exemplo: passagens, relação de eleitores que estão inscritos no consulado alemão, teor do atestado de óbito, estabelecimentos de casas comerciais, o nome do novo superintendente e sobre o restabelecimento de cerca em terras do Domínio. - Domínio Dona Francisca: As fontes estão relacionadas a comercialização de mercadorias, transações bancárias e de pagamentos. Outros documentos são referentes à administração do Domínio, assuntos administrativos e comerciais, comercialização de lotes de terra, solicitação de envio de documentos, execução de serviços de infraestrutura. Há ainda aqueles que informam recebimentos e expedição de correspondências administrativas, emitem informações sobre agricultura e

	<p>despesas com colonos. Há cópias de documentos como: contrato de casamento da Princesa e correspondências enviadas pela Princesa Francisca Carolina a família real e aos Procuradores da Colônia Dona Francisca. No entanto os apontamentos de contabilidade são referentes a balanços e balancetes, receitas e despesas de caixa e movimentações bancárias. Outros registros informam compra, pagamentos, venda e aluguel de lotes de terra, comercialização de mercadorias e equipamentos. Há também documentos que se referem a pagamentos de trabalhadores por serviços realizados com conservação de estradas e demarcações de lotes de terra; pagamentos de impostos, pagamentos de mercadorias fornecidas, serviços prestados, transporte, correio, reformas em geral e alimentação. Há ainda fontes que fazem referência a despesas cartoriais e judiciais, pagamento de restituição de desistência de lote de terra, pagamentos de manutenção de propriedade, de transporte de passageiro e bagagem e aluguel de animais. Este conjunto documental compreende ações processuais como, por exemplo, de Tombamento do Palácio dos Príncipes em Joinville, declaração de pagamento por serviços prestados e empréstimo em dinheiro.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Domínio Dona Francisca Ltda: As fontes estão relacionadas às atividades desenvolvidas com a comercialização de lotes de terras da empresa.³¹ - Domínio Pirabeiraba: As fontes tratam especificamente das atividades desenvolvidas na Fazenda Pirabeiraba com documentos datados de 1865 a 1922. Os documentos são referente administração da usina de cana-de-açúcar, cachaça e álcool da Fazenda Pirabeiraba. - “Empresa Joinvillense de Navegação”: Compreendem documentos especificamente das atividades desenvolvidas por esta empresa, como por exemplo: comercialização de mercadorias, realização de atividades e de pagamentos de fretes, serviços prestados, débitos e créditos, solicitações de vistorias de embarcações, armazenamento de mercadorias, transporte de malas postais entre Joinville e São Francisco, solicitações de relatórios e passagens, reclamações de cobrança de taxas. - Subfundo Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo: As fontes do Subfundo Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo compreendem especificamente as atividades desenvolvidas na Colônia
--	---

³¹ Essa documentação foi doada ao AHJ em julho de 2013 e parte dela ainda está sendo higienizada.

	<p>Dona Francisca. Os documentos estão relacionados ao processo de colonização, realização de obras e ao estabelecimento dos imigrantes na Colônia Dona Francisca. Há também registros com informações sobre agricultura, indústria, nomeações de políticos na Colônia e no estado de Santa Catarina e relatórios da Colônia. Há ainda aqueles que comunicam instruções referentes a epidemias e registros de nascimento, casamento e óbito; solicitação de correspondências, documentos oficiais e mapas. Há apontamentos relativos às inspeções realizadas nas colônias Dona Francisca, Blumenau e Itajaí. Documentos sobre negociações com lotes de terra, prestação mensal ao governo imperial com a Colônia, contas a Inspetoria Geral das Terras e Colonização, envio de dinheiro a Tesouraria da Fazenda, transações comerciais, bancárias, prestações de serviços e fretes. Outros se referem ainda a processos judiciais, saídas de vapores, comercialização de mercadorias, aviso de envio de correspondências e documentos administrativos. Os registros contábeis referem-se a pagamento de serviços de infraestrutura como, por exemplo, medição e demarcação de lotes de terra, derrubada de mata, abertura de caminhos, construção de pontes, bueiros e caminhos, limpeza de fossas, despesas gerais de caixa e prestação de serviços. Há também aqueles que informam relação de despesas da direção da colônia, receitas e despesas de caixa, pagamentos de lotes de terra e livro caixa dos débitos com lotes de terra, como também, despesas referentes à colonização de Joinville e de São Bento. Os livros caixa informam movimentações financeiras, despesas e créditos de caixa. Outros documentos referem-se a pagamento de subvenção do governo imperial, gastos médicos e hospitalares, pagamentos de medições de lotes de terra, subvenção para escolas, pagamento dos pastores, pessoas pobres e despesas administrativas. Há também aqueles que fazem referência a pagamentos de escriturário, de fornecimento de mercadoria, transporte de colonos e bagagens. Informam sobre o pagamento de confecção de mapas, de tradução de documentos, de serviços de infraestrutura. Há ainda documentos que se referem a saldo de cobrança e juros de lotes de terra, pagamentos de documentos de lotes de terra e pagamentos judiciais. Localizam-se processos referentes a ações judiciais sobre não pagamento de lotes de terra, reivindicações de infraestrutura, declarações de dívidas, intimações, contratos e processos de particulares e da Sociedade Colonizadoras de 1849 em Hamburgo. Outros fazem referência à declaração de reconhecimento de dívida e citação dívida de lote de terra, relação das intimações,</p>
--	---

declaração e renovação de procurações, depoimento e intimação referente a lotes de terra, termo de responsabilidade, testemunho de acidente com carroça, atestado de pobreza, ação judicial referente a hospital, declaração de dívida e recibo, petições, cobrança judicial de dívida e intimação, informações sobre regras para elaborar documento de hipoteca, contrato de canalização do Rio Cachoeira, procuração para atuação do representante da Sociedade Colonizadoras de 1849 em Hamburgo. Estão também neste conjunto documental contemplados documentos relacionados a receitas médicas, de Hugo Delitsch, Dr. Wigand Engelke e Dr. Fritz. Há documentos também que fazem referência a receitas médicas da farmácia de Eugenio Schmidt e sobre indicação de bibliografia sobre plantas medicinais. Sobre o processo de imigração encontram-se registros, como por exemplo, subvenções de passagens e de indigentes subvencionados, contratos entre o agente de imigração e o imigrante. Há passaportes, informações com dados pessoais dos imigrantes, relação dos desembarques e de débitos de mantimentos da Colônia. Outros documentos são sobre recepção e transporte de bagagem dos colonos recém-chegados nos vapores Motevideo, Valparaiso, Campinas, Santos, Rio, Bahia, Argentina, Porto Alegre.

- **Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897:** As fontes do Subfundo Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 compreendem documentos que informam negociações com lotes de terra, pagamento de indenizações, pagamentos assistenciais e judiciais, comercialização de mercadorias e pagamentos de serviços prestados. Há informações sobre solicitação de documentos de lotes de terra e de subvenção de passagens, de levantamento estatístico da Colônia Hansa, sobre um passageiro da lista de 1890-1898. Outras solicitações referem-se ainda a: relatórios, auxílio doença, testemunhas para processo e informa ações judiciais; solicitações referentes a livros caixas, balanço comercial da Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897, medição de lotes de terra, avaliação patrimonial da Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897. Informam: chegada de imigrantes, despesas de deslocamento de pessoas, pagamento de impostos, entrega de correspondências, procedimentos de cultivo da terra para plantação; comunicam denúncia, transações em contas correntes; chegada de navio e de imigrantes; emitem informações sobre comunidade escolar, sobre livros tombos e realização de serviços de infraestrutura. As fontes contábeis informam pagamentos de lotes de terra e receitas e despesas de Joinville, São Bento, e Itajaí. Há registros que informam anotações gerais de pagamentos

	de lotes de terra, relação de notas fiscais para tabelião e despesas gerais. Estão contemplados livros com informações de receitas e despesas de caixa. Outros documentos ainda fazem referência a pagamentos de trabalhadores na manutenção e construção de estradas e valas, pagamentos de derrubada de mata; pagamentos de demarcação de lotes de terra, serviços de telégrafos, correio, impostos, fretes, recenseamento, despesas médicas; pagamentos de subvenções, gratificação, assinatura de jornais, fornecimento de mercadorias; pagamento de adiantamento de ordenado e indenizações; pagamentos com transporte de bagagem e colonos, manutenção de hospital e despesas gerais.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	Documentos de guarda permanente.
3.3 Incorporações	Não há previsão de novas incorporações.
3.4 Sistema de arranjo	<p>O Fundo Domínio Dona Francisca está arranjado subfundos, séries e subséries, sendo eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Municipal: série: Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Registro de Processo. - Domínio Dona Francisca: série: Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Memorando, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Registro cartográfico; série: Controle de imigração e Colonização; série: Controle Medição e Manutenção de Lote de Terra e Estrada série: Registro de Processo; série: Registro Jurídico de Terra, subsérie: Livro de Medição Demarcação de Lote de Terra. - Domínio Dona Francisca Ltda.: série: Comunicação, subséries: Carta e Ofício; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Registro de Processo. - Domínio Pirabeiraba: série: Comunicação; série: Contabilidade, subsérie: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Controle Patrimonial; série: Controle Medição e Manutenção de Lote de Terra e Estrada; série: Registro Jurídico de Terra. - “Empreza Joinvilense de Navegação”: série: Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Memorando, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Registro Cartográfico; série: Registro de Processo. - Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo:

	<p>série: Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Memorando, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Imigração; série: Registro de Processo; série: Controle dos Serviços de Saúde Controle de imigração e Colonização; série: Controle Medição e Manutenção de Lote de Terra e Estrada série:: Registro Jurídico de Terra, subsérie: Livro de Medição Demarcação de Lote de Terra</p> <p>- Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897: série: Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Memorando, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Registro de Processo; série: Controle de imigração e Colonização; série: Controle Medição e Manutenção de Lote de Terra e Estrada série: Registro de Processo; série: Registro Jurídico de Terra, subsérie: Livro de Medição Demarcação de Lote de Terra.</p>
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de acesso	Acesso restrito para a documentação que está com organoclorado.
4.2 Condições de reprodução	É permitida reprodução com máquina fotográfica sem <i>flash</i> .
4.3 Idioma	Português, alemão, espanhol, francês, inglês e um documento em polonês.
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	Documentação manuscrita, impressa e datilografada.
4.5 Instrumento de pesquisa	Inventário de descrição, em fase de elaboração.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e localização dos originais	AHJ-DDF
5.2 Existência e localização de cópias	AHJ- Coleção Carlos Ficker; AHJ- Coleção Museu Nacional de Imigração e Colonização.
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	<p>BÖBEL, Maria Thereza. Joinville - os pioneiros: documento e história - vol. 1 1851 – 1866. Joinville/SC: Univille, 2001.</p> <p>_____. Joinville - os pioneiros: documento e história - vol. 2 1867 – 1881. Joinville/SC: Univille, 2001.</p> <p>CUNHA, Dilney Fermino. Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização (1851-1889). Joinville/SC: Univille, 1996. [Monografia].</p> <p>_____. Suíços em Joinville: o duplo desterro. Joinville/SC: Letradágua, 2003.</p>

	<p>FICKER, Carlos. São Bento do Sul: subsídios para sua história. Joinville/SC: Ypiranga, 1973.</p> <p>_____. História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville/SC: Fundação Tupy S.A., 1965.</p> <p>RICHTER, Klaus. A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis/SC: UFSC – FURB, 1986.</p> <p>SCHMALZ, Odete. Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina. 1989. 104 f. Monografia (Especialização em História da América) – Fundação Educacional de Joinville, Joinville/SC.</p>
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	A maior parte da documentação encontra-se em bom estado de conservação.
6.2 Notas Gerais	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	2008-2010: Organização Janine Gomes da Silva, Maria Judite Pavesi, Mateus Roberto Carle.
7.2 Datas das descrições	2011-2013: Conferência: Helena Remina Richllin, Maria Judite Pavesi, Terezinha Fernandes da Rosa.
7.3 Regras e convenções	<p>BRASIL. Arquivo Nacional. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2012.</p> <p>E para elaboração da história administrativa e arquivística foram utilizadas as referências bibliográficas do elemento de descrição das notas sobre publicação.</p>
8 Áreas de pontos de acesso e indexação de assuntos	
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Imigração, colonização, registro de terra, Domínio Dona Francisca, Domínio Pirabeiraba, Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Sociedade Hanseática de 1897, Jean Knatz, Frederico Brüstlein, Jaroslau Pesch, Carlos Ficker, Ibirama, Jaraguá, Corupá, Joinville, Colônia Dona Francisca, Príncipes de Joinville, Francisca Carolina, François d'Orleans Philipe, Fazenda Pirabeiraba, Duque D'Aumale, Conselho Municipal, "Empreza Joinvillense de Navegação", Museu Nacional de Imigração e Colonização.

Quadro 01 Descrição do Fundo Domínio Dona Francisca. Joinville: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.

Após a descrição do nível Fundo, foram descritos os subfundos e as séries. Os sete subfundos foram descritos pelo critério estrutural, nas 8 (oito) áreas da NOBRADE, contextualizando a unidade produtora, o conteúdo, o arranjo das séries e subséries, o estado de conservação, o acesso e informações das demais áreas da norma.

Esses subfundos compreendem documentos relacionados às atividades desenvolvidas na Colônia Dona Francisca, no período do século XIX e XX. Assim sendo, no subfundo do Conselho Municipal, período em que o poder executivo e legislativo funcionavam junto, os documentos informam prestações de serviços e obras realizadas pelo Conselho Municipal na Colônia Dona Francisca.

Relacionado ao subfundo Domínio Dona Francisca, na descrição, estão contempladas as informações sobre a administração do patrimônio dos príncipes de Joinville, envolvendo assuntos administrativos, comerciais e principalmente relacionados à comercialização de lotes de terras.

Na documentação do Subfundo Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, o usuário pode ter acesso a documentos relacionados à imigração e à colonização, serviços de infraestrutura realizados na Colônia, demarcações de lotes de terras, documentos administrativos, como correspondências, relatórios, despesas contábeis entre outros, muitos desses enviados ao governo imperial brasileiro e autoridades na Alemanha.

No subfundo da Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897, suas fontes possuem particularidades dessa nova administração que deu continuidade as atividades da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. No entanto, as negociações com lotes de terra, pagamentos de indenizações, processos de imigração e colonização, serviços de infraestrutura, são recorrentes nesse subfundo. Uma peculiaridade desse subfundo são os documentos relacionados à colonização e imigração nas localidades de Corupá, São Bento, Jaraguá do Sul estendendo-se até a cidade de Ibirama.

O conjunto documental do subfundo da “Empresa Joinvilense de Navegação” informa sobre documentos relacionados ao transporte de mercadorias, fretes, passagens e serviços prestados nessa atividade específica.

Por meio do subfundo do Domínio Pirabeiraba pode-se conhecer o processo e o funcionamento da usina de cana-de-açúcar da Fazenda Pirabeiraba. Grande parte desses documentos, como por exemplo, os contábeis, os de prestadores de serviços e os de trabalhadores assalariados, bem como as correspondências, são relacionados ao comércio dessa atividade.

A comercialização de lotes de terras que se iniciou na formação do município de Joinville, é tema encontrado no subfundo do Domínio Dona Francisca Ltda, principalmente referente a essa atividade na atualidade.

Em continuidade ao trabalho de descrição, todas as séries foram realizadas a partir do método funcional. Neste trabalho contemplamos apresentar a descrição da série comunicação do subfundo Domínio Pirabeiraba (quadro 02). Os documentos dessa série compõem-se de cartas, telegramas, e memorandos relacionados às atividades da fazenda Pirabeiraba. Na descrição foram inseridas as informações sobre o produtor, a data de produção dos documentos, a quantidade em metros lineares e o tipo de suporte. Foram preenchidos, também, os campos da “área de condições de acesso e uso”, relacionados à condição de acesso, a condição de reprodução e ao idioma. Ainda na área “pontos de acesso e indexação de assuntos”, foram relacionados os temas específicos do subfundo Domínio Pirabeiraba.

Os demais campos não são preenchidos na NOBRADE nível série, visto que já foram descritos no fundo.

FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA SUBFUNDO DOMÍNIO PIRABEIRABA

NÍVEL SÉRIE - Comunicação

1 Área de identificação	
1.1 Código de referência	BR SC AHJ DDF DPI COM
1.2 Título	Domínio Pirabeiraba
1.3 Datas	1866-1925 e sem data (data de produção)
1.4 Nível de descrição	(3) Série Comunicação
1.5 Dimensão e suporte	Documentação textual, manuscrita, impressa, datilografada contendo aproximadamente 0,5 metros lineares de papel, acondicionados em caixas-arquivos e em embalagens personalizadas, armazenados em estantes de aço.
2 Área de contextualização	
2.1 Nome do produtor	Domínio Pirabeiraba
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	A série Comunicação compreende documentos pertencentes ao Subfundo Domínio Pirabeiraba. Os documentos referem-se a correspondências, telegramas, bilhetes e memorandos, relacionados às atividades desenvolvidas pela fazenda Pirabeiraba, como por exemplo: compra de mercadorias e equipamentos, referentes aos produtos produzidos e comercializados pela fazenda Pirabeiraba como:

	açúcar, cachaça, álcool, madeira, erva mate; documentos alusivos aos fornecedores de cana-de-açúcar e de mercadorias em geral; relacionados aos trabalhadores e prestadores de serviços à fazenda, pagamentos gerais e/ou pagamentos de transações comerciais e construções realizadas na fazenda, e, ainda, documentos relacionados a orientações e solicitações comerciais. Nesta série ainda, incluímos cartas sobre o trabalho a ser realizado na lavoura de cana-de-açúcar da fazenda Pirabeiraba. Essas correspondências foram trocadas entre Jean Knatz, administrador da fazenda, e agenciadores com interesse em trazer colonos espanhóis para trabalhar na fazenda. Referem-se a arrendamento de lote, desmatamento e plantio da lavoura de cana-de-açúcar, condições oferecidas, pagamentos de passagens, transporte/deslocamento, troca de informações sobre os trabalhadores, anúncio feito em jornal espanhol.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	Documentos de guarda permanente.
3.3 Incorporações	Não haverá incorporações
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de acesso	
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Português, alemão, espanhol, francês.
4.4 Características físicas e resquícios técnicos	
4.5 Instrumento de pesquisa	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas Gerais	
7 Área de Controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	2008-2010: Organização Janine Gomes da Silva, Maria Judite Pavesi e Mateus Roberto Carle.
7.2 Regras ou convenções	

7.3 Data da descrição	2011-2012: Conferência Helena Remina Richllin, Maria Judite Pavesi e Terezinha Fernandes da Rosa.
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Domínio Dona Francisca, Domínio Pirabeiraba, Frederico Brüstlein, Fazenda Pirabeiraba, comércio de mercadorias, fornecedores de cana, engenhos de cana de açúcar, usina Pirabeiraba, Jean Knatz, migração espanhola.

Quadro 02: Descrição da Série Comunicação do Subfundo Domínio Pirabeiraba. Joinville: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.

Na descrição da subsérie, os campos da NOBRADE utilizados foram diferenciados da série apenas com relação ao item área de conteúdo, estrutura e condições de acesso. Por esse motivo não se vê a necessidade de explicar a descrição das subséries.

Neste capítulo buscou-se apresentar na descrição do FDDF como foi realizado esse processo, as prioridades estabelecidas e o registro das informações nos diferentes níveis da NOBRADE, pois, assim como Rodrigues (2003) considera-se que a descrição “[...] é uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas” (RODRIGUES, 2003, p. 218).

Essa atividade exige articular diferentes conhecimentos, e pressupõe a definição de norma e procedimentos metodológicos para a sua realização. É um processo lento e precisa ser reavaliado constantemente, pois ao se realizar o processo de descrição do conjunto documental, novos elementos podem ser evidenciados no contato com o documento. A descrição arquivística, segundo Andrade e Silva,

é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e o conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. (ANDRADE; SILVA, 2013, p. 03).

Nesse sentido, considera-se importante ressaltar que a escolha da NOBRADE possibilitou a descrição do conjunto documental, contextualizado por meio de uma cadeia de informações entre as unidades de produção, em relação ao seu conteúdo, representado na descrição em diferentes níveis.

A descrição foi realizada por meio da classificação e do arranjo dos documentos, elaborada com conhecimento sobre as unidades produtoras, e as atividades desenvolvidas. Assim, as informações são mais consistentes, e nesse caso, pode-se dizer que a normatização traz implícita a proposta do princípio da proveniência.

A NOBRADE compreende uma extensa gama de informações aos usuários, e permite garantir a descrição dos acervos de arquivos e o acesso à informação de forma consistente e elucidativa, promovendo o intercâmbio entre instituições nacionais e internacionais, bem como, o uso de sistemas informatizados.

Assim, a mudança no perfil do usuário instiga os arquivistas a adotarem a uniformidade das práticas de descrição, relacionadas ao uso dos conjuntos documentais e voltadas para diferentes temas de pesquisas, integrando padrões de descrição arquivística.

Sublinha-se que as atividades de arranjo e de descrição realizadas na documentação do Fundo Domínio Dona Francisca, articuladas com as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa possibilitarão a elaboração de um “instrumento de referência”: o inventário do FDDF. Um inventário cuja construção estará, provavelmente, permeado de inclusões, exclusões, ausências e múltiplas intencionalidades, pois os “instrumentos de referência”, como assinalam Andrade e Silva a partir das análises de MacNeil, “não são ferramentas neutras e sim textos culturais, historicamente situados em um determinado tempo e espaço, envoltos por intencionalidade e ideologias que incluem o que se enfatiza e o que se ignora”. (ANDRADE; SILVA, 2013, p. 6). Todavia, acredita-se que o inventário será um dispositivo importante para ampliar o acesso às informações aos usuários e possibilitar uma maior difusão do conjunto documental.

Ainda, com relação ao resultado do processo de descrição desse fundo, registra-se que o Arquivo Histórico de Joinville, em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina, está desenvolvendo um projeto para implantação e customização do *software* ICA-AtoM. As informações dos diferentes níveis de descrição do FDDD serão migradas para o *software* e possibilitarão seu uso para análise e desenvolvimento do ICA-AtoM e a sua disponibilização no meio virtual.

CONCLUSÃO

A realização deste trabalho consistiu na investigação da constituição do Fundo Domínio Dona Francisca, visando principalmente, a partir da compreensão da proveniência e da procedência estabelecer procedimentos metodológicos para a organização desse conjunto documental. Estes “apontamentos”, mais do que o registro de uma pesquisa, proporcionaram a análise e a definição do arranjo do Fundo, e o delineamento de diretrizes para a continuidade das atividades de descrição da documentação.

Outro aspecto significativo a ser destacado, por meio da realização deste trabalho, foi a constatação da importância da descrição por intermédio de normas e padronizações, respeitando, evidentemente, as especificidades de cada instituição. Neste sentido, pode-se inferir que a opção pelo uso da NOBRADE foi satisfatória e contemplou a realidade do Arquivo Histórico de Joinville.

A pesquisa procurou também estudar o Arquivo Histórico de Joinville contextualizando, especialmente, a formação inicial do seu acervo e as ações desenvolvidas pela instituição. Sendo uma instituição concebida no ano de 1972, as atividades de organização de seu acervo estiveram limitadas a guarda e a preservação de seu acervo, assim como ocorria em muitas instituições brasileiras.

Nos anos de 1980, com as novas concepções da arquivologia na organização de acervos, e a construção da nova sede do AHJ, a qual a instituição obteve assessoria do Pró-Documto, não somente para a construção da sede, mas, passou a desenvolver a partir de então ações mais técnicas nos seus conjuntos documentais.

Atualmente, com uma equipe qualificada para desenvolver essas atividades a instituição, prioriza a organização de seu acervo de maneira a possibilitar o acesso aos usuários. Nesse sentido, uma das atividades desenvolvidas foi a organização do Fundo Domínio Dona Francisca.

No caso específico desse fundo, a pesquisa refere-se à necessidade de dar visibilidade aos diferentes conteúdos que os documentos desse conjunto contemplam. As informações obtidas durante a organização e descrição do fundo,

iniciado com a Identificação dos produtores documentais possibilitou o conhecimento de que havia sete produtores documentais. Estes compreendiam documentos, das primeiras companhias de imigração e colonização, bem como, documentos referentes a empresas de particulares e do poder público municipal.

Deste modo, a compreensão da história administrativa e arquivística do Fundo Domínio Dona Francisca, determinou a organização desse fundo em subfundos. A afirmativa advém do estudo das especificidades encontradas nos documentos. Diferentes documentos, encontrados proporcionaram compreender que a construção da Colônia Dona Francisca, a qual a maioria dos registros faz referência, é resultado da diversidade de fatores, sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros.

Assim, outra questão levantada no início da pesquisa do FDDF, diz respeito a necessidade de dar visibilidade aos diferentes contextos em que os documentos se inserem, o que significa trazer as informações obtidas durante esse estudo de organização e descrição para um amplo acesso aos usuários.

Registra-se que algumas dificuldades, anseios e incertezas fizeram parte deste percurso de pesquisa. Contudo, como mencionou-se anteriormente, a expectativa de poder articular as experiências profissionais vivenciadas no AHJ com os conhecimentos adquiridos no curso, motivaram o enfrentamento desse desafio. Dessa forma, sugere-se que durante o trabalho de organização de acervos, o arquivista, procure trazer dentre as diferentes abordagens da arquivologia, um equilíbrio, para que possa oferecer a melhor representação do documento, aquela que encaixe o conteúdo único e particular de cada documento que ele está descrevendo.

Novos tipos de usuários têm provocado questionamentos à antigas práticas, principalmente sobre o uso dos tradicionais instrumentos de pesquisa, apesar de não perderem sua validade, instituições precisam se adaptar e dispor de novos tipos instrumentos de consulta a seus acervos. O desafio das novas tecnologias fortalece o debate em torno de antigas questões, como é o caso de organização e descrição de acervos. No entanto, ainda que seja um caminho árduo é preciso ser percorrido.

Na atualidade, as instituições arquivísticas estão sendo desafiadas a se modernizar, disponibilizando também seu conteúdo na internet. Por meio de desenvolvimento de software, como por exemplo, o ICA-AtoM, já utilizado em alguns

arquivos brasileiros, onde o usuário pode consultar o conteúdo dos acervos de diferentes instituições. Assim, frente a este cenário, cabe ressaltar que os estudos realizados e a descrição do Fundo Domínio Dona Francisca serão utilizados como subsídio para testar e implantar o software (ICA-AtoM) que, por intermédio de um projeto de extensão da UDESC, está sendo customizado para o AHJ.

Acredita-se que este trabalho, ainda que lacunar, irá contribuir para disseminar e expandir o acesso as informações e a documentação do Fundo Domínio Dona Francisca, bem como, para a realização de outras propostas de organização e de pesquisa a serem implementadas pela instituição.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Luciane Barato. **Desenvolvimento e avaliação de um guia de fundo do sindicato da indústria da construção civil de Santa Maria, através do software livre ICA-AtoM**. 2009. 73 f. Monografia. (Especialização em Gestão de Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine.

ANDRADE RICARDO SODRÉ; SILVA RUBENS R. G. DA. **Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência**. Disponível em: <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico**. Disponível em: <http://ricardo.arquivista.net/wp-content/uploads/2008/10/3cna-ricardoandrade_01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE: Fundo Poder Executivo. Subfundo Fundação Cultural de Joinville. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Ofício nº 060/88 com parecer do coordenador de Registro e Documentação do SPHAN/Pró-Memória para diretora do AHJ**. 21 jul. 1988, 06 p.

_____: Fundo Poder Executivo. Subfundo Fundação Cultural de Joinville. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **“Escriptura de venda que faz a Sociedade Colonizadora Hanseática a favor de SS. AA. RR. a senhora Duqueza de Chartres”**. 04 jan. 1922, 05 p.

_____. **Boletim**. v. 1 n. 5, jun./1984. Joinville, 1984. Bimestral.

_____. **Boletim**. v. 1, n. 2, dez/1983. Joinville, 1983. Bimestral.

_____. **Proposta de Minuta de Lei de Gestão Documental**. Joinville, 2013.

_____. **Jornal de Joinville**. O drama do Arquivo Municipal. Joinville, 14 dez. 1975. p. 03.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes tratamento documental**. 4ª ed. São Paulo: FGV, 2006.

BRASIL. Arquivo Nacional. NOBRADE: **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; SILVA, Elisangela da. A presença de inseticidas organoclorados em suporte de papel e o controle de infestações biológicas no acervo do Arquivo Histórico de Joinville. **Revista do Arquivo Histórico de Joinville**, Joinville, v. 1, n. 1, p. 31-52, 2007.

COOK, Terry. **A ciência arquivística e o pós- modernismo: Novas formulações para conceitos antigos**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc. Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez.2012 Disponível em: <<http://infobci.wordpress.com/2013/01/05/a-ciencia-arquivistica-e-o-pos-modernismo-novas-formulacoes-para-conceitos-antigos/>>. Acesso em: 10 set.2013.

CORDEIRO Rosa Inês de Novais; RIOS, Elaine Rosa. **Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre os domínios do conhecimento**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 15, n. 2, p. 123-139, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a09v15n2.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da. (org.). 1ª ed. **História dos Bairros de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

CUNHA Dilney Firmino. **Suíços em Joinville: O duplo Desterro**. Joinville: Letradágua, 2003.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiranga, 1965.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A gestão e a representação da informação na revisão teórico-metodológica da arquivologia. **Revista Eletrônica Documento/monumento**. Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 125-132, dez. 2011. Semestral

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. MEDRADO, Mônica. **Parecer sobre a lei municipal n. 1182, de 20 de março de 1972.** Setor de pesquisa arquivística Pró-documento. S/d, 04 p.

FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA. Subfundo Domínio Dona Francisca. Série Comunicação. Subsérie **Carta e Ofício**, 21 jan. 1959, p. 01.

FUNDO PODER EXECUTIVO. **Lei N. 1182. Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Prefeitura Municipal de Joinville.** Joinville: 1972.

FUNDO PODER EXECUTIVO. Subfundo Fundação Cultural de Joinville. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. **Carta de Carlos Ficker ao Diretor do DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade.** Joinville, 03 de abr. 1965, p.01

_____. Subfundo Fundação Cultural de Joinville. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. **Carta de Carlos Ficker ao Diretor do DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade.** Joinville, 2 de março de 1965, p. 02.

_____. Subfundo Fundação Cultural de Joinville. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Ofício nº 726/65 do diretor do DPHAN para prefeito da PMJ.** Joinville, 26 ago. 1965, p. 01.

_____. Subfundo Fundação Cultural. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Ofício nº 387/71, da diretora de Educação e Cultura para o diretor da biblioteca.** Joinville, 20 set. 1971, p. 01.

_____. Subfundo Fundação Cultural. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Contrato Social constituindo a sociedade Domínio Dona Francisca Ltda.** Joinville, 16 jul.1956. p. 03.

_____. Subfundo Fundação Cultural. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Escritura de venda que faz a “Sociedade Colonizadora Hanseática a favor de SS. AA. RR. a senhora Duqueza de Chartres”.** Joinville, 04 jan. 1922. p. 03.

_____. Subfundo Fundação Cultural. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental:

Escritura pública de compra e venda do Domínio Dona Francisca para o Domínio Dona Francisca Ltda. Joinville, 31 maio 1957. p. 05.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, 37. (projeto como fazer; v. 2).

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística.** Ciência da Informação, v. 27, n. 3, set. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000300007>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da informação – vol. 25, número 2, 1995. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=JARDIM%2C+Jos%C3%A9+Maria.+A+inven%C3%A7%C3%A3o+da+mem%C3%B3ria+nos+arquivos+p%C3%ABlicos&oq=JARDIM%2C+Jos%C3%A9+Maria.+A+inven%C3%A7%C3%A3o+da+mem%C3%B3ria+nos+arquivos+p%C3%ABlicos&aqs=chrome..69i57j0.2708j0j8&sourceid=chrome&espv=210&es_sm=93&ie=UTF-8>. Acesso em: out. 2012.

JOINVILLE. Prefeitura Municipal de Joinville; Conselho Municipal de Política Cultural. **Plano Municipal de Cultura. Joinville:** Fundação Cultural de Joinville, 2012.

KNAUS, Paulo. **Usos do passado, arquivos e universidades.** Cadernos de pesquisa CDHIS – n. 40 – ano 22 – p. 9-16 – 1º sem. 2009.

MASSON, Sílvia Mendes. **A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação.** Uma proposta de Silva & Ribeiro. (www.arquivista.net), Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.85-103, jan./jun.2006. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAazl8AC/a-arquivistica-sob-prisma-ciencia-informacao>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Oficina "A aplicação do ICA-Atom na descrição e difusão arquivística - Instalação, configuração e funcionalidades. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/dhion/oficina-a-aplicao-do-icaatom-na-descricao-e-difusao-arquivistica-instalacao-configuracao-e-funcionalidades>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Florianópolis, UFSC e Blumenau, FURB, 1986.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: Uma abordagem a partir da perspectiva da Norma internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: THESAURUS, 2003, p. 210-229. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, vol. 2).

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta.** Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>>.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer: as vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: Histórias e memórias sobre a cidade de Joinville.** Joinville: UNIVILLE, 2008.

SOUZA, Sirlei. **Ecoss de Resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “revolução de 64” em Joinville.** 1998. 130 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHMALZ, Odete. **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina.** 1989. 104 f. Monografia. (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville, Joinville.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A representação na arquivística contemporânea.** RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf, 1983-5213, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012.

VALENTIM, Marta Lígia (org.). PADRON. Dunia Llanes. **La descripción archivística: Um antes y um despues marcado por ISAD(G) y los nuevos paradigmas archivísticos.** Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013.

YADO, Aline Midori Manfré; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **O Princípio da Proveniência: Uma abordagem conceitual no âmbito da literatura arquivística.** Disponível em: <http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/30901/mod_page/content/2/5e_artigo_principio_proveniencia_11.04.2009.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

APÊNDICE



Arquivo Histórico de Joinville



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **Walter de Queiroz Guerreiro**, coordenador do **Arquivo Histórico de Joinville**, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada: **Fundo Domínio Dona Francisca: Apontamentos sobre a constituição e o arranjo de um acervo**, sob responsabilidade da pesquisadora **Maria Judite Pavesi**, realizada na cidade de Joinville, Santa Catarina. Para isto, será disponibilizado a pesquisadora o conjunto documental do Fundo Domínio Dona Francisca, bem como, a documentação pertinente a esse acervo, sendo a pesquisadora funcionária da instituição e faz parte da equipe de trabalho de organização desse fundo.

Joinville, 21 de dezembro de 2013.

Walter de Queiroz Guerreiro
Coordenador do Arquivo Histórico de Joinville